

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP  
Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Terra Friedrich Budini

**Reflexões sobre a idéia de “sociedade civil global” e a  
ação política não-estatal além das fronteiras**

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

São Paulo

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP  
Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP

Terra Friedrich Budini

**Reflexões sobre a idéia de “sociedade civil global” e a  
ação política não-estatal além das fronteiras**

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Doutora Flavia de Campos Mello.

São Paulo

2010

Banca Examinadora:

---

---

---

*À Nani Stuart  
Pelos ensinamentos, pelo carinho e  
pelo incentivo, sempre.*

## Agradecimentos

---

Agradeço em primeiro lugar à Professora Flavia de Campos Mello pela orientação, diálogo, paciência e pela liberdade proporcionada durante este trabalho.

Meus agradecimentos aos Professores Reginaldo Matar Nasser e Rafael Duarte Villa pelas sugestões e críticas valiosas durante o exame de qualificação. Agradeço também aos professores do Programa San Tiago Dantas com quem tive o privilégio de ampliar meus horizontes e que contribuíram à minha formação nesta etapa.

Agradeço ainda aos queridos amigos pelo apoio fraterno de sempre, particularmente aos que dedicaram parte de seu tempo à leitura e comentário deste trabalho.

Finalmente agradeço aos meus pais e família pelo incansável incentivo.

### **Reflexões sobre a idéia de “sociedade civil global” e a ação política não-estatal além das fronteiras**

O trabalho retrata a diversificação do debate sobre “sociedade civil global” e sobre a ação política não-estatal além das fronteiras na literatura recente no campo das Relações Internacionais. O interesse no tema por parte de uma crescente gama de perspectivas teóricas reflete debates mais amplos em torno de conceitos que, ao lado da idéia de “sociedade civil global”, surgiram na disciplina a partir do início dos anos 1990. Apresenta-se como cenário desta pluralização a insuficiência da literatura de inspiração liberal para explicar a permanência das desigualdades e hierarquias de poder no sistema mundial. Parte do imaginário positivo associado à “sociedade civil global” reside na idéia de que a perda de autonomia em âmbito doméstico - causada pelos processos de “globalização” - poderia ser compensada com o ativismo transnacional e/ou global, ou seja, na idéia de reformular a mediação entre universalidade/particularidade, formalizada na constituição das fronteiras modernas. Desse modo, o objetivo é estabelecer diálogos entre as várias perspectivas e mapear estas discussões tanto no que se refere aos atores e processos diretamente envolvidos na ação política não-estatal transnacional, quanto apontar sua inserção no debate teórico sobre as transposições de fronteiras, rearticulações das relações entre o doméstico e o internacional e a idéia de constituição de um campo político “global”.

Palavras-chave: sociedade civil global, atores não-estatais, ação política transnacional, fronteiras, teoria das relações internacionais.

## Abstract

---

### **Reflections on the idea of global civil society and the non-state political action beyond borders**

This research shows the diversification of the debate on “global civil society” and the non-state political action beyond borders in the recent International Relations literature. The interest of an increasing variety of theoretical perspectives on these issues reflects wider debates on the concepts that – as the idea of “global civil society” – have emerged in the discipline since the beginning of the 1990s. The insufficiencies of liberal-oriented literature to explain the maintenance of inequalities and power hierarchies in the world system is the background to this diversification. Part of the positive image associated to a “global civil society” lies on the idea that the lost of autonomy in domestic realm – engendered by the globalization processes – could be counterbalanced with the transnational/global activism, that is to say in the idea of reformulating the mediation between universality/particularity formalized by the constitution of modern political boundaries. The objective is establishing dialogues between these variety of perspectives and mapping these discussions, not only in relation to the actors and process directly involved in the transnational political action, but also shedding light in their intersection with the wider and more theoretical debate on the problem of borders, of mediation between domestic and international realms, and the idea of constitution of a “global” political field.

Key words: global civil society, non-state actors, transnational political action, boundaries, international relations theory.

## Sumário

---

Introdução.....	9
1. Mudanças no contexto e nos debates sobre globalização.....	14
1.1. As discussões sobre governança global.....	21
1.2. O contexto de emergência da idéia de “sociedade civil global”.....	29
2. A diversificação dos debates teóricos sobre a idéia de uma “sociedade civil global” e sobre a ação política não-estatal além das fronteiras.....	34
2.1. os atores.....	38
2.2. os processos.....	45
2.3. a arena.....	53
3. Problematizando o “global” e as fronteiras no campo das relações internacionais.....	63
3.1. Cidadania no sistema internacional moderno e os impactos causados pelos processos de globalização.....	69
3.2. O repensar das fronteiras.....	74
4. Considerações finais.....	89
5. Referências bibliográficas.....	95



### **Reflexões sobre a idéia de “sociedade civil global” e sobre a ação política não-estatal além das fronteiras nas últimas duas décadas**

O objetivo central deste trabalho é retratar a diversificação do debate e estabelecer diálogos entre as várias perspectivas sobre “sociedade civil global” e sobre a ação política não-estatal além das fronteiras na literatura recente no campo das Relações Internacionais. A pesquisa identificou que o interesse no tema por parte de uma crescente gama de perspectivas teóricas reflete debates mais amplos em torno de conceitos que, ao lado da idéia de “sociedade civil global”, surgiram na produção acadêmica a partir do início dos anos 1990. Apresentam-se como cenário desta pluralização as promessas não cumpridas da “globalização” e a insuficiência da literatura de inspiração liberal para explicar a permanência das desigualdades e hierarquias de poder no sistema mundial. Desse modo, o objetivo é mapear estas discussões tanto no que se refere aos atores e processos diretamente envolvidos na ação política não-estatal transnacional, quanto apontar sua inserção no debate teórico sobre as transposições de fronteiras, rearticulações das relações entre o doméstico e o internacional e idéia de constituição de um campo político “global”.

Embora estas discussões venham sendo objeto de amplo estudo e produção acadêmica, a escolha se justifica, em primeiro lugar, pela mudança no contexto histórico e pelo retrocesso das expectativas que marcaram decisivamente a emergência deste debate no início da década de 1990. Apesar da efemeridade desta conjuntura otimista, a importância de estudar os atores não-estatais não decresceu, ao contrário: se, por um lado, as expectativas de maior liberdade e progresso não se concretizaram, por outro, o aumento expressivo da interdependência econômica, política e social – incluindo a participação dos novos atores - continuou a exigir explicações que dessem conta desta nova realidade.

O fenômeno de atores não-estatais mobilizados por reformas e pela participação em instituições internacionais surge com vigor nos anos 1990. As primeiras tentativas de definir conceitualmente estes processos vêm das contribuições liberais – tanto com a demanda de mais liberdade para as organizações das sociedades civis, quanto com a retomada de valores cosmopolitas. Articuladas com os discursos de mudanças trazidas pelos processos de globalização encaixam-se na idéia de uma emergente “sociedade civil global”. Fundada numa dimensão amplamente normativa, seu referencial empírico está na intensificação de processos já em curso: a revolução nas tecnologias de comunicação, informação e transporte - que permitiram o aprofundamento da internacionalização da economia - também permitiria uma nova organização das relações sociais em âmbito planetário.

No entanto, a pouca atenção dada pelas análises liberais à dimensão sociológica destes processos gerou visões homogeneizantes e eurocêntricas – por vezes fundadas implícita ou explicitamente na idéia de evolução histórica e aprendizado moral - levando-as a considerar apenas marginalmente as desigualdades de recursos e oportunidades entre as diversas organizações e os problemas de representatividade. Seguindo a tendência dos debates sobre globalização e governança global, a discussão específica sobre uma “sociedade civil global” ganhou complexidade, incorporou diversas vertentes teóricas, passou a problematizar a legitimidade dos atores não-estatais, o tema da ampliação além-fronteiras dos direitos de cidadania e a exibir contornos variados. É possível afirmar que estas visões mais críticas já existiam no início do debate nos anos 1990, mas pode-se afirmar também que, particularmente na última década, ganharam escala e se consolidaram.

Além disso, verificou-se que o próprio termo “sociedade civil global” não se mostra suficiente para dar conta das diversas contribuições sobre a ação política de atores não-estatais além das fronteiras, uma vez que parte dos autores trata da mesma questão sob rótulos variados, como na idéia de movimentos sociais transnacionais. Desse modo, à medida que esta pesquisa pretende mapear a diversificação da produção acadêmica sobre o tema,

demonstra-se a importância de se ampliar o recorte, incorporando não apenas as discussões sobre “sociedade civil global”, mas também sobre a ação política não-estatal além das fronteiras, sempre que haja uma relação entre ambos (neste sentido, justifica-se a não inclusão dos atores transnacionais fundamentalmente econômicos). A ampliação do recorte justifica-se ainda pela constatação de certa fragmentação entre estes debates, evitando, portanto, reproduzi-la e sendo, neste sentido, uma tentativa de compreender o tema num contexto ampliado, contribuindo ao diálogo entre as diversas perspectivas, que permitiriam o enriquecimento das construções teóricas.

Considerando os objetivos expostos, o primeiro capítulo busca situar o debate atual sobre “sociedade civil global” no contexto de maior pluralidade das explicações sobre um mundo em transformação. Em primeiro lugar, analisa a construção por parte do *mainstream* de discursos coerentes sobre as possibilidades de mudança e progresso no sistema mundial, por meio da articulação das idéias de interdependência, dos processos de “globalização” e governança global. Embora o fenômeno de atores transnacionais não fosse recente, por que especificamente na década de 1990 ressurgiu como um tema importante de debate teórico? Em seguida, identifica que, ao longo dos anos 1990 e 2000, crises financeiras com impacto mundial, conflitos violentos recorrentes ao redor do mundo e as dificuldades experimentadas na coordenação de desafios globais colocaram em evidência as contradições e desigualdades existentes nos processos de “globalização”.

Do mesmo modo, estes acontecimentos tiveram impacto na literatura sobre governança global, que inicialmente adquiriu uma conotação liberal e, ao longo das duas décadas, passou a problematizar as hierarquias de poder e a legitimidade dos atores. Além deste contexto histórico e intelectual/ideológico amplo, o primeiro capítulo aponta alguns desenvolvimentos específicos na esfera das relações sociais que contribuíram para a emergência da idéia de “sociedade civil global”, como o renascimento da sociedade civil doméstica no contexto de governos autoritários na América Latina e Leste Europeu, o crescimento na participação de organizações não-governamentais nas

Conferências Mundiais das Nações Unidas na década de 1990 e o florescimento do movimento *altermundialista* na virada do milênio.

Durante o andamento desta pesquisa, confirmou-se a percepção inicial de que este espaço político além das fronteiras - chamado por alguns de “sociedade civil global” - poderia ser mais bem entendido como uma arena povoada por interesses e estratégias diversas que, numa tentativa de generalização, apresentaria duas dimensões. Nas pressões exercidas “de cima para baixo” estaria uma dimensão mais institucionalizada de participação nos mecanismos de governança global, protagonizada pelas organizações não-governamentais. Vale ressaltar que, mesmo dentro desta arena, coexistiriam forças hegemônicas e contra-hegemônicas com interesses e táticas diversas. No sentido de “baixo para cima”, estaria uma esfera menos institucionalizada, com a participação de organizações diversas, na qual se destacariam os movimentos sociais, culturais, entre outros movimentos de base. Cabe acrescentar que esta divisão não seria estreita, ao contrário, as duas dimensões seriam altamente permeáveis e, frequentemente, boa parte das organizações atuam em ambos os sentidos.

Embora estas divisões não sejam necessariamente produtivas aos atores que buscam a democratização das instituições internacionais – já que as pressões vindas dos dois sentidos podem se complementar -, a percepção destas divisões contribuiu ao questionamento das explicações liberais, no geral dominadas por uma visão mais homogênea e coesa. Esta pluralidade de entendimentos se manifesta tanto entre aqueles que direcionam seus estudos especificamente ao termo “sociedade civil global”, quanto, e com mais evidência, entre aqueles que utilizam outros conceitos – por exemplo, as redes de ativismo ou movimentos sociais transnacionais – para a caracterização da ação política não-estatal além das fronteiras, seja em âmbito internacional, transnacional ou global. A apresentação propriamente dita destas diversas perspectivas será feita no segundo capítulo, buscando identificar as controvérsias no entendimento dos atores envolvidos (ONGs, movimentos sociais, redes), dos processos em jogo (articulações inter/transnacionais e globais) e da natureza deste espaço além das fronteiras (espaço para

construção de valores universais, arena de disputa hegemônica ou espaço de controle, normalização e exercício da governamentalidade em âmbito global).

Parte do imaginário positivo associado à “sociedade civil global” reside na idéia de que a perda de autonomia em âmbito doméstico - causada pelos processos de “globalização” - poderia ser compensada com o ativismo transnacional e/ou global, ou seja, na idéia de reformular a mediação entre internacional/doméstico ou entre universalidade/particularidade, formalizada na constituição das fronteiras políticas modernas. No contexto de interdependência crescente entre os Estados e interconectividade também crescente entre as sociedades, os conceitos básicos de democracia e cidadania já não seriam suficientes para garantir a devida participação nas decisões políticas. Nesse sentido, as análises da perspectiva cosmopolita do liberalismo nas Relações Internacionais, incluindo sua vertente crítica, buscam reformular as promessas de liberdade e emancipação que surgiram na modernidade, rearticulando fronteiras e descentralizando territorialmente o conceito de cidadania, em torno de idéias como democracia cosmopolita e cidadania transnacional/global, tendo com um dos ancoradouros a “sociedade civil global” emergente.

Nesse sentido, o terceiro capítulo parte para o debate teórico que tem se desenvolvido no campo das Relações Internacionais em torno da rearticulação das fronteiras, estabelecendo uma ponte entre as discussões sobre “sociedade civil global” e reformulação dos direitos de cidadania, por exemplo, na idéia de comunidades dialógicas. O último capítulo considera ainda as dificuldades teóricas existentes para a consideração do “global” como âmbito válido de análise, apontando que esta discussão não considera adequadamente as relações complexas entre território, soberania, cidadania e nacionalidade cristalizadas nas fronteiras modernas. Embora estas questões abram um amplo leque para outras investigações, o objetivo não será – e nem poderia ser - fornecer respostas, mas antes mostrar que o debate sobre a idéia de “sociedade civil global” não seria adequadamente problematizado sem inseri-lo nesta discussão mais ampla, constitutiva das Relações Internacionais como um campo específico de conhecimento.

### Mudanças no contexto e nos debates sobre globalização

*Assim, ao cabo da fantástica aventura começada no século XV, o grito do vigia de Colombo adquire enfim seu sentido planetário: Terra! Terra!*  
Edgar Morin e Anne Brigitte Kern, 1995

*'Globalization' was the Zeitgeist of the 1990s. In the social sciences, it gave rise to the claim that deepening interconnectedness was fundamentally transforming the nature of human society, and was replacing the sovereign state system with a multilayered, multilateral system of 'global governance'. A decade later, however, these expectations appear already falsified by the course of world affairs. The idea of 'globalization' no longer captures the 'spirit of the times': the 'age of globalization' is unexpectedly over.*

Justin Rosenberg, 2005:2

O ressurgimento dos atores não-estatais e a emergência da idéia de uma “sociedade civil global” na literatura das relações internacionais no início dos anos 1990 estão inseridos num contexto amplo de discursos sobre os processos de “globalização” e mudanças no sistema internacional. Acontecimentos diversos como o fim da Guerra Fria, a crescente internacionalização da economia capitalista, a disseminação generalizada de políticas de ajustes estruturais visando à desregulamentação política da economia (incluindo o mercado de trabalho), a crescente integração dos mercados financeiros, a harmonização das leis e dos sistemas jurídicos nacionais nas áreas de proteção a contratos e investimentos, a revolução nas tecnologias de comunicação e informação, entre outros, permitiram a emergência de expectativas otimistas em torno da interdependência e da cooperação no cenário internacional. Um traço importante dos discursos políticos e da literatura acadêmica dominantes neste período é a construção de

explicações convergentes para esta série de processos, geralmente ancorados e derivados da idéia de “globalização”. Neste sentido, a participação de atores não-estatais nas organizações e conferências internacionais e a idéia de “sociedade civil global” também surgem marcadas por um tom de celebração, dentro de uma construção coerente na qual, ao lado da idéia de governança global, teriam potencial para gerar instrumentos que compensassem a perda de autonomia no interior dos Estados nacionais.

O crescimento dramático da interdependência econômica, política e social ganhava escala na medida em que ruía o bloco soviético. O fim da URSS abriu possibilidades de expansão vertiginosa da economia capitalista nos territórios das ex-republicas soviéticas, fortaleceu o discurso do fim das clivagens ideológicas entre esquerda e direita e consolidou o desaparecimento da estratégia revolucionária que, ao lado do reformismo (já desgastado com a crise do Estado de bem estar social), eram até então os padrões rivais de transformação social (Santos, 2005:28).

Neste contexto de aprofundamento dramático das interdependências surge o conceito de globalização: *(...) um processo histórico que transforma a organização espacial das relações sociais e das transações, gerando redes transcontinentais ou inter-regionais de interações e exercício do poder.* (Held e McGrew, 2002: 1 e 2). Mais além, estes processos seriam reforçados pela emergência de desafios de alcance global, como o meio ambiente e os direitos humanos, exigindo a coordenação em âmbito também global de governos, organizações internacionais e atores não-estatais em um sistema de governança.

Segundo Held e McGrew, outras formas históricas de “globalização” poderiam ser identificadas, como a era dos descobrimentos ou a era dos impérios, mas:

*Embora a globalização contemporânea tenha elementos em comum com suas fases passadas, é distinta por aspectos espaço-temporais e organizacionais únicos, criando um mundo no qual o alcance extensivo das redes e relações globais é combinado com sua alta intensidade relativa,*

*alta velocidade e alta propensão de impacto nas diversas facetas da vida social, da econômica à ambiental.* (Held e McGrew, 2002: 2).

Em outras palavras, teríamos uma mudança qualitativa: o rápido crescimento de temas e problemas transnacionais envolveria uma profusão de “camadas” de regulação política, tanto dentro, como entre e através das fronteiras, além do desenvolvimento de novas organizações regionais e globais. Novas formas de política multilateral e transnacional teriam se desenvolvido, envolvendo governos, organizações internacionais e uma grande variedade de grupos de pressão e organizações não-governamentais internacionais em um sistema de governança global.

Contudo, ao longo dos anos 1990 e 2000, acontecimentos diversos expuseram as divergências, desigualdades e hierarquias nos processos de globalização<sup>1</sup>. Estas problematizações começaram a lançar luz sobre as imbricadas relações sociais e contradições presentes nestes processos, levantando questões sobre seu caráter homogêneo e horizontal<sup>2</sup>, implícito em algumas análises do começo da década de 1990. Neste cenário, os debates sobre globalização, governança e “sociedade civil global” ganharam uma pluralidade de vozes dissonantes e passaram a exibir novos contornos, mais disformes e irregulares.

No âmbito econômico, a crise asiática de 1997, que reverberou em todo o mundo, e o crescimento da pobreza, das desigualdades e das taxas de desemprego passaram a questionar cada vez com mais freqüência a estabilidade política dos modelos de desregulamentação<sup>3</sup>. A paralisação das

---

<sup>1</sup> Walden Bello identifica três momentos principais no cenário de *crise da globalização*: a crise financeira asiática de 1997 (chamada pelo autor de a *Stalingrado do FMI*); o colapso da terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 1999, em Seattle; e o colapso do mercado de ações no final da era Clinton. (Bello, 2005:102-103)

<sup>2</sup> Com relação à permanência das hierarquias, Giovanni Arrighi aponta que a industrialização de diversos países do Sul a partir da década de 1960 não teve impacto significativo na redução das desigualdades de renda. Com efeito, o PIB *per capita* do Sul era 4,5% do PIB *per capita* do Norte em 1960, continuando praticamente inalterado, 4,6%, em 1999. (Arrighi, 2005:34)

<sup>3</sup> Segundo estimativas da década de 1990, a desigualdade de renda no interior dos países correspondia a cerca de dois terços do total da desigualdade de renda mundial. (Arrighi, 2005: 36). Ao longo dos anos 1990, o crescimento das desigualdades no interior dos países foi sentida não só pelos países em desenvolvimento, mas também nas regiões desenvolvidas. Estudos elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ilustram que a desigualdade de renda dentro dos Estados Unidos, por



negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio questionou a coerência entre discurso e prática na questão do livre comércio. Na área de segurança, paz e direitos humanos, as expectativas foram abaladas com a continuidade dos processos de fragmentação e conflitos étnicos violentos ao redor do mundo (e particularmente nos Bálcãs com a guerra em Kosovo, em 1999, por atingir diretamente a estabilidade política no continente europeu) e pelas recentes ações unilaterais dos Estados Unidos em resposta aos ataques terroristas, mostrando nestas várias ocasiões a sujeição das Nações Unidas à vontade das grandes potências. As dificuldades e entraves às negociações de um acordo que dê continuidade ao Protocolo de Kyoto problematizam a congruência entre discurso e prática em torno do meio ambiente e da idéia de desenvolvimento sustentável. Em suma, acontecimentos em áreas diversas, como os expostos brevemente acima, trouxeram à tona a efemeridade do perfil institucionalista exibido no início da década de 1990 e questionaram o predomínio das forças convergentes nos processos de globalização.

Se no imediato pós-Guerra Fria, o cenário internacional mostrava-se enevoado pelo momento de transição, na atualidade a névoa não se desfez, talvez tenha mesmo se adensado diante de retrocessos em processos que, muitas vezes, no entanto, também não se encaixam em padrões anteriores. Embora o tom de transformação se mantenha, o rumo destas mudanças passou a ser mais questionado e permitiu que tenhamos na atualidade um debate mais plural, com destaque particularmente à diversificação das discussões sobre “sociedade civil global” e a participação de novos atores, que consideraremos em detalhe nos capítulos dois e três. Ainda que tenhamos mudanças reais

---

exemplo, que decaía desde a década de 1920 (devido à queda dos rendimentos mais altos, primeiro pela Grande Depressão de 1929 e depois pelas cargas tributárias das décadas de keynesianismo) voltaram a crescer nos anos 1990. De 1993 a 2006, a média real de rendimentos cresceu 1,9% ao ano. Contudo, excluindo da estatística o 1% correspondente aos rendimentos mais altos, a média cai para 1,1%. Quando considerados de modo isolado, os rendimentos desta fatia privilegiada cresceram 5,7% ao ano no período. (UNDP, Alvaredo e Piketty, 2010). Outro exemplo é o caso da Argentina, onde a desigualdade de renda cresceu substantivamente de meados da década de 1970 até os anos 2000, principalmente durante a crise de hiperinflação do final da década de 1980, atingindo os níveis mais elevados da história do país durante o auge das políticas de reajuste estrutural do governo Menen e durante a crise de 2001-2002. (UNDP, Gasparini e Cruces, 2010)

causadas pela crescente interdependência, seu curso linear não está evidente. São antes processos contraditórios e ambíguos, sem resultados garantidos *a priori*. Diante deste cenário, a necessidade de explicações e redefinições ganha corpo, à medida em que os processos de “globalização” se transformam em campos de contestação.

Neste sentido, temos a globalização como:

*(...) um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo (...) A globalização, longe de ser consensual é, como veremos, um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro. (Santos, 2005:26-27)*

De acordo com a compreensão de Boaventura de Sousa Santos (2005:54-57), o sistema mundial atual seria mais bem entendido como um sistema em transição, marcado fundamentalmente por três contradições: a globalização *versus* a localização; o Estado-nação e o não-estado transnacional; e uma terceira contradição de cunho ideológico no que se refere ao potencial destes processos. No primeiro caso, a questão central diz respeito às relações com o território, isto porque à medida em que a interdependência e as interações globais se intensificam, as relações sociais parecem cada vez mais desterritorializadas abrindo caminho para novos *direitos às opções* - que atravessam fronteiras até então policiadas pelo nacionalismo. Por outro lado, em aparente contradição, novas identidades locais, regionais e nacionais emergem, construídas em torno do *direito às raízes*. A segunda contradição se refere ao papel do Estado que, para alguns foi diminuído e fragilizado, enquanto para outros permanece como a entidade política central, já que a própria institucionalidade da globalização e a própria desregulamentação política são empreendidas pelos mesmos Estados. Finalmente o terceiro ponto se refere à natureza político-ideológica destes processos e à contradição entre aqueles que os vêem como sinal da supremacia do capitalismo e aqueles que os consideram uma possibilidade de expansão da solidariedade transnacional.

À luz destas contradições, percebe-se que (...) o que designamos por globalização é, de fato, uma constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias, globalizações. (Santos, 2005:55)

Frequentemente, o que ouvimos é o discurso dos vencedores e sua ênfase na horizontalidade da interdependência e no enfraquecimento das hierarquias. A realidade vai em sentido oposto: embora estejam se transformando, há uma intensificação destas hierarquias e desigualdades. Para o autor, estas três contradições vistas acima sugerem um período de transição em três dimensões: transição no sistema de hierarquias e desigualdades; transição no formato institucional; e transição na escala dos conflitos sociais e políticos. Neste sentido, a teoria proposta para explicar os processos de globalização se assenta no conceito de *sistema mundial em transição* (ver quadro a seguir), constituído por três constelações de práticas coletivas: a constelação das práticas interestatais; as práticas capitalistas globais; e a constelação das práticas sociais e culturais. A principal diferença com relação ao sistema mundial moderno seria a inclusão de um terceiro pilar, constituído pelas práticas sócio-culturais - antes confinadas no interior dos Estados - e pela maior permeabilidade entre as três esferas. (Santos, 2005:56-57)

Hurrell também identifica três esferas que ele denomina de triplo ancoradouro dos Estados: o sistema interestatal, a economia capitalista global e a sociedade civil transnacional.

*(...) state power very often depends on these other arenas: the existence of alternative governance options (market-based models, civil-society mechanism); the capacity to shape social, political, and economic process through which new international norms evolve; and the ability to navigate successfully within global civil society, including through transnational and transgovernmental coalitions. (Hurrell, 2005:50)*

A questão principal para o autor é o grau em que a habilidade de interagir nas três esferas pode potencializar ou diminuir o poder de determinados Estados.

**Quadro 1 – os processos de globalização**

<b>Práticas</b>	<b>Instituições</b>	<b>Forma de poder</b>	<b>Forma de direito</b>	<b>Conflito estrutural</b>	<b>Critério de hierarquização</b>
Inter-estatais	- Estados - Ols - Instituições financeiras multilaterais - blocos regionais	Trocas desiguais de prerrogativas de soberania	- direito internacional - tratados internacionais - direito da integração regional	lutas interestatais pela posição relativa no sistema mundial (promoção/despromoção autonomia/dependência)	Centro, periferia, semiperiferia
Capitalistas globais	- empresas multinacionais	Trocas desiguais de recursos ou valores mercantis	- direito do trabalho - direito econômico internacional - nova Lex mercatoria - direito de propriedade, de propriedade intelectual e de patentes	Luta de classes pela apropriação ou valorização de recursos mercantis (integração/desintegração; inclusão/exclusão)	Global, local
Sociais e culturais transnacionais	- ONGs - movimentos sociais - redes - fluxos	Trocas desiguais de identidades e de culturas	- direitos humanos - direito de nacionalidade e de residência - direito de emigração - direito de propriedade intelectual	Lutas de grupos sociais pelo reconhecimento da diferença (inclusão/exclusão; inclusão autônoma/inclusão subalterna)	Global, local

Fonte: Santos, Boaventura de Sousa. "Os processos da Globalização". In: SANTOS, Boaventura (org), *A Globalização e as Ciências Sociais*.

São Paulo: Cortez Editora, 2005, pp.58.

Os processos de globalização emergem das interações entre estas três constelações de práticas. Segundo padrões de interação, surgem formas de globalização que podem exibir um caráter hegemônico ou subalterno. (Santos, 2005) Mas em ambos os casos, são evidentes as práticas sociais transnacionais, protagonizadas por organizações não-governamentais, movimentos sociais e redes. De acordo com esta concepção, a participação de atores sociais não-estatais não pressupõe um caráter emancipatório e democratizante, mas é um campo aberto às duas direções.

### 1.1. As discussões sobre governança global

Um dos temas que emerge desta crescente permeabilidade entre práticas das esferas dos Estados, do mercado e dos atores sociais é o papel crescente das formas de governança. Assim como o debate sobre os processos de globalização, as discussões em torno da idéia de governança global também passaram a considerar com mais atenção as desigualdades, hierarquias e relações de poder entre os diversos atores que lhe dão sustentação.

A área de estudos de organizações internacionais há bastante tempo se preocupa com a criação de uma ordem internacional baseada em normas e regras na ausência de um poder soberano. Esta preocupação se tornou um aspecto dominante da literatura do pós-Guerra Fria (Barnett e Duvall, 2005). Os autores apontam que muitas das teorias “rivais” do realismo, notavelmente o institucionalismo liberal, o liberalismo e o construtivismo, se voltaram a esta área de estudos, precisamente pelo potencial de se demonstrar a importância de variáveis institucionais, ideacionais e normativas e os limites da tradição realista, entendida nesta dicotomia como uma análise orientada pelo poder. Em consequência, consolidou-se uma tendência de explicar e defender a governança internacional em *contraposição* ao poder. (Barnett e Duvall, 2005: 7).

Desse modo, as contribuições iniciais sobre a idéia de governança, assim como no caso da “globalização”, constroem discursos convergentes e de caráter mais técnico que político em torno da idéia de cooperação. Para a formatação destes discursos, tanto no caso da governança como no caso da sociedade civil global nota-se uma redefinição conceitual que se apropria de termos já existentes e lhes confere um significado modificado para adequá-los ao novo contexto.

Em sua concepção inicial, o termo governança estava associado à governabilidade no interior dos Estados, a partir da necessidade de se pensar uma rearticulação entre Estado e mercado, nos contextos de crise do Estado de bem estar europeu e do Estado desenvolvimentista na América Latina e na África (Camargo, 1999). Posteriormente:

*(...) o termo foi utilizado para dar uma nova caracterização às relações internacionais, tendo se expandido a partir do fim da Guerra Fria, momento em que, ocorrendo simultaneamente à aceleração do processo de globalização e de regionalização e à destruição de certos Estados, colocou em xeque os mecanismos clássicos de regulação internacional e os marcos conceituais da ciência política, concentrados, preponderantemente, no papel do Estado e de sua soberania. (...) Foi nesse contexto que o conceito de governança invadiu a reflexão da ordem internacional, sem que tenha sido, até o momento, objeto de uma definição rigorosa, o que permitiu sua apropriação por correntes de diferentes inspirações teórico-ideológicas. De um modo geral, contudo, por ter nascido e se expandido no quadro das análises críticas do Estado, de seus déficits orçamentários, dos efeitos negativos das políticas de seguridade social e de sua interferência na economia, isto é, no quadro do que se chamou “pensamento único ocidental” que substituiu o conflito ideológico global do período da Guerra Fria e o fim da era do socialismo real, absorveu, preponderantemente, uma concepção liberal. (Camargo, 1999: 10,11)*

Com efeito, na medida em que a governança global demonstrava ser um mecanismo de coordenação, poderia aparecer como uma máquina técnica, mas há valores que fazem a máquina funcionar: *liberalism is the spirit in the machine* (Barnett e Duvall, 2005). Embora haja muitas definições e aspectos para o conceito de liberalismo, usá-lo como categoria na teoria e prática das relações internacionais gravita em torno de alguns pontos: crença na possibilidade de progresso, nas transformações causadas pelas “globalizações”, nas instituições internacionais como instrumentos de auxílio

nestas mudanças, na democracia, em valores universais e no livre comércio. (Barnett e Duvall, 2005, 5)

Numa coletânea paradigmática do início dos anos 1990 e retratando o espírito da época, Rosenau e Czempiel definem:

*(...) governança se refere a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, do poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. (...) governança é um fenômeno mais amplo do que governo, abrange as instituições governamentais, mas implica também em mecanismos informais de caráter não-governamental. (Rosenau e Czempiel, 2000: 15 e 16).*

A definição dada pelo relatório *Our Global Neighbourhood*, da Comissão sobre Governança Global segue o mesmo sentido, o conceito significaria: *(...) the sum of the many ways individuals and institutions, public and private, manage their common affairs. It is the continuity process through which conflict or diverse interests may be accommodated and cooperative action may be taken. (Commission on Global Governance, 1995).*

Um aspecto importante é o elemento “voluntário”, pois a governança só funcionaria se fosse aceita pela maioria; nesse sentido seria sempre eficaz, pois caso contrário seria anarquia (Rosenau e Czempiel, 2000:16). *Sugerir que a governança é sempre efetiva significa postular um vínculo entre governança e ordem. É possível até mesmo dizer que a governança corresponde à ordem mais intencionalidade (Rosenau e Czempiel, 2000: 16).* Ordem e governança se moldariam mutuamente, a primeira seria ao mesmo tempo pré-condição e resultado da segunda. Governança também diferiria do conceito de regime, sobretudo, por seu caráter abrangente e global, pois o regime por definição é temático (regime dos direitos humanos, do meio ambiente, por exemplo).

Tanto governança como governo consistiriam em sistemas de regras, por meio das quais se exerceria a autoridade. Enquanto os sistemas de regras de governos poderiam ser pensados em termos de estruturas, os sistemas da governança seriam funções sociais ou processos, que poderiam ser

implementados de diversos modos, por diversas organizações. Tanto os sistemas de regras formais e informais constituiriam o que Rosenau chama de “esferas de autoridade”:

*(...) as the demand for governance increases with the proliferation of complex interdependencies, rule systems can be found in non-governmental organizations, corporations, professional societies, business associations, advocacy groups, and many other types of collectivities that are not considered to be governments (2002:72)*

Os assuntos mundiais seriam governados por um sistema bifurcado: um sistema interestatal e outro multicêntrico. Rosenau afirma que a governança global seria caracterizada hoje por uma desagregação crescente da autoridade, por um número crescente de “esferas de autoridade” nos dois mundos da política mundial<sup>4</sup>. Para o autor estas esferas de autoridade se proliferariam porque crescentemente as pessoas seriam capazes de gerenciar múltiplas identidades; e na medida em que se envolveriam mais e mais em redes no mundo multicêntrico, suas lealdades se fracionariam e se dirigiriam a temas específicos. (Rosenau, 2002: 75).

Além da reconfiguração da autoridade entre estas várias camadas de regulação, outro elemento importante na idéia de governança é o papel de atores privados e a idéia de “privatização da regulação global”, que se manifesta nas padronizações técnicas, geralmente articuladas por empresas privadas, nos processos privados de arbitragem, no emprego de ajuda humanitária e assistência oficial por meio de ONGs. *Contemporary global governance involves a reallocation of authority from public to quase-public, and private agencies* (Held e McGrew, 2002: 10). Scholte partilha desta visão:

*(...) This privatization of governance is evident, for example, in various Internet rules, many telecommunications standards, several global environmental agreements, certain codes of conduct for humanitarian assistance, and multiple aspects of transworld finance. (Scholte, 2002:289)*

---

<sup>4</sup> Poderíamos citar ainda outros autores que trabalham numa perspectiva semelhante e incorporam a idéia de rede. Especificamente no campo das relações internacionais, Anne-Marie Slaughter (2005) apresenta também uma governança global em rede, incluindo redes formadas por setores específicos de diversos governos nacionais, com seus colaboradores em organizações internacionais e na sociedade civil.



Neste ponto referente ao reconhecimento da regulação exercida por agentes privados, autores críticos como Craig Murphy concordam, em parte, com a análise liberal. Para Murphy o que é realmente novo no que se refere à governança global a partir nos anos 1990 é o desenvolvimento de “autoridades privadas” de alcance global, que regulam tanto os Estados, como boa parte da vida econômica e social transnacional. Estas incluiriam: agências privadas de classificação (*rating*) de títulos, que impõem políticas particulares a governos em todos os níveis; oligopólios globais de seguros; cartéis regionais e globais em diversos setores da produção industrial; e por fim, a combinação peculiar entre regulação por parte destes oligopólios, regulação privada ad-hoc e não regulação global das telecomunicações e internet. (Murphy, 2000:794)

Outro grupo importante de agentes nos mecanismos da governança é formado pelos atores não-estatais, particularmente pelas organizações não-governamentais locais, nacionais e internacionais. Halliday chama a atenção a esta questão:

*One of the distinguishing features of the current debate on global governance is the emphasis put on the role of non-governmental organizations. They are seen as part of a growing international civil society, and are, in various ways, incorporated into the formal, state-to-state, process of the UN. On many issues – political prisoners, the environment, landmines to name but three – it is NGOs which have, within countries and internationally, developed the policies of global institutions. (Halliday, 2000:438)*

Murphy identifica este crescente papel das ONGs como uma consequência da “mercantilização neoliberal”:

*Increasingly, as a consequence of neoliberal marketization, the services once provided by public intergovernmental organizations are now contracted to private, non-governmental, often ‘social movement’-style, organizations. Today it is, more often than most of us realize, NGOs which run the refugee camps, provide disaster relief, design and carry out development projects, monitor and attempt to contain the international spread of disease, and try to clean up an ever more polluted environment. Moreover, most of them do so primarily with public funds from major donor governments and intergovernmental organizations, officially enamoured of the efficiency of NGOs and the ‘empowerment’ that they foster, but also, many analysts suspect, because NGOs provide these necessary international public services on the cheap. (2000:795)*

Se com estas considerações, podemos notar uma diversificação dos atores envolvidos nas práticas de coordenação internacional e, portanto, certa dispersão na autoridade dos Estados nacionais, isto não minimiza a questão do poder, ao contrário, a recoloca com extrema necessidade. No entanto, estas considerações devem abordar não apenas o poder direto dos Estados baseado em suas capacidades materiais, mas as diversas dimensões do poder em operação na idéia de governança global.

Barnett e Duvall distinguem quatro formas de poder que operam nesta esfera. Nas duas primeiras, o poder opera por meio de interações entre atores pré-constituídos. Neste sentido, teríamos: o poder *compulsório*, que foca numa ampla gama de relações entre atores e que permite que um ator molde diretamente as circunstâncias ou ações de outro, seja por meio de capacidades materiais, seja com recursos simbólicos e normativos; e o poder *institucional*, no qual atores exercem pressões indiretas por meio de instituições formais e informais (particularmente neste caso poderíamos identificar as análises de inspiração liberal). Nas próximas duas formas, a própria relação de poder é um aspecto constitutivo destes atores. São os casos do poder *estrutural* que, geralmente identificado com as contribuições do materialismo histórico, põe ênfase na diferença existente em termos de capacidades dos atores, diferença esta produzida e reproduzida por relações internas e constitutivas das hierarquias estruturais; e o poder *produtivo*, encontrado no âmbito das práticas discursivas, dos sistemas de conhecimentos e saberes. Assim como no poder estrutural o aspecto constitutivo é fundamental, ou seja, é pela própria relação de poder que determinado ator se identifica de um modo e não de outro, mas no caso do poder produtivo isto ocorre por meios difusos ou indiretos, ou seja, por meio da reprodução diária e capilar de práticas, discursos, identidades.

Esta tipologia desenvolvida pelos autores é útil para identificar e ilustrar as diferentes formas de poder nas relações entre os atores não-estatais e nas interações com Estados e organizações internacionais nos mecanismos de governança. A campanha bem sucedida pelo banimento das minas terrestres fornece um exemplo capaz de ilustrar estas diversas formas de poder. Nos

anos 1990, o tema das minas terrestres tornou-se objeto de uma campanha transnacional intensa, iniciada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha em 1993, que envolveu cerca de mil organizações não-governamentais de mais de sessenta países e levantou a questão das minas por meio de uma gama de conferências, fóruns, protestos públicos e pela concessão do prêmio Nobel da Paz de 1997 para a Campanha Internacional para o Banimento de Minas Terrestres e seu coordenador. O esforço culminou com a assinatura de amplo tratado internacional para o banimento destas armas, com a adesão de 122 países, em dezembro de 1997. (Price, 1998:618).

O exercício do poder *produtivo* neste caso pode ser identificado pela capacidade da campanha modificar a imagem e a compreensão das minas terrestres, que passaram de armas convencionais de guerra a instrumentos ilegítimos contra civis, majoritariamente camponeses e crianças. Identificar a dimensão *estrutural* por sua vez significa considerar que a causa das minas não foi denunciada apenas pelas vítimas e organizações locais das regiões mais afetadas, mas foi abraçada por organizações não-governamentais de grande visibilidade, como o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com recursos capazes de divulgar amplamente o drama das vítimas e formatar as informações de modo a transformar a questão numa crise global. Uma vez formatadas e divulgadas as informações e transformados os discursos e a imagem deste tipo de recurso militar, a campanha impulsionada pelas organizações da sociedade civil foi capaz de pressionar diretamente os Estados, por meio da opinião pública, por exemplo (idéia de poder *compulsório*), e por meio das Nações Unidas e do arcabouço jurídico humanitário já existente, das Convenções de Genebra de 1949 à Conferência de Revisão da Convenção sobre Certas Armas Convencionais de 1980 (dimensão *institucional*).

Embora o exemplo da mobilização internacional pelo banimento de minas terrestres nos mostre um exemplo positivo do poder exercido por atores não-estatais na formação dos mecanismos de governança global, a dinâmica destas relações de poder não implica necessariamente em resultados sempre benéficos ou legítimos. O poder compulsório pode ser exercido na direção

contrária, por exemplo, quando Estados ou grande doadores privados imprimem seus interesses sobre as prioridades das organizações não-governamentais por meio de financiamentos, levando com que estas, por sua vez, sejam intermediárias nas relações com Estados mais frágeis.

Desse modo, uma vez consideradas brevemente estas relações complexas entre diversos atores (Estados, organizações internacionais e atores não-estatais) no sistema internacional, surge a questão da legitimidade e do déficit democrático. Segundo Held (1998: 21), as transformações causadas pela globalização nas mais diversas áreas (comércio, finanças, cultura, comunicação, meio ambiente, segurança) contribuíram para a transformação da natureza e das perspectivas das comunidades políticas democráticas de diversos modos: o lócus de poder político efetivo não estaria mais apenas em governos nacionais; a idéia de uma comunidade política de destino não poderia significativamente ser localizada dentro das fronteiras de um único Estado-nação. Além disso, a atuação de Estados em sistemas globais e regionais crescentemente complexos afetariam sua autonomia e soberania, ao alterar o equilíbrio entre marcos legais e práticas administrativas nacionais, regionais e internacionais.

Scholte segue o mesmo caminho ao afirmar que a governança de espaços globais não é apenas diferente, mas sofre de falta de legitimidade democrática. Para o autor, não é exagero dizer que a globalização contemporânea provocou uma crise da democracia. São dois os grandes problemas estruturais: disjunção entre espaços supraterritoriais e autodeterminação territorial (mecanismos democráticos territoriais não são adequados para submeter os atores e fluxos transnacionais sob controle coletivo de quem é afetado); e as mudanças do que se entende por comunidade política na globalização contemporânea - crescimento de múltiplas lealdades e identidades, além da nação. (...) *Moreover, globalization has arguably encouraged some growth of cosmopolitan bonds, where people identify the demos in terms of humanity as a whole...* (Scholte, 2002:290).

Além dos problemas estruturais, há também uma deficiência institucional: mesmo nas democracias mais avançadas falta transparência nos assuntos ligados à governança global. A tendência é que o tema seja tratado nas esferas burocráticas, sem maior participação ou conhecimento das sociedades.

Para Held e McGrew (2002), a permanência/aprofundamento das desigualdades em âmbito mundial, a falta de *accountability* das principais instituições internacionais e o crescimento do déficit democrático levantaram as questões éticas e normativas no debate sobre governança global. Neste contexto, destacamos dois grupos de “respostas/propostas”, que se articulam mutuamente: um processo *top-down* de reforma das instituições internacionais, particularmente da Organização das Nações Unidas, dentro de um projeto de democracia cosmopolita; e um processo *bottom-up* de formação de uma *sociedade civil global*.

Além destas considerações sobre as experiências concretas e dos discursos sobre as transformações causadas pela globalização e das interações no âmbito dos mecanismos de governança, antes de partirmos às diversas concepções de “sociedade civil global”, sua emergência desta merece ser mais bem contextualizada dentro das tendências e movimentos em curso da esfera social que se convergiram no início dos anos 1990.

## 1.2. O contexto de emergência da idéia de “sociedade civil global”

Destacam-se particularmente três processos: o renascimento da idéia de sociedade civil no contexto doméstico nas décadas de 1970 e 80; a ampla participação de organizações da sociedade civil nas Conferências Mundiais das Nações Unidas nos anos 1990; e o florescimento do movimento antiglobalização/*altermundialista*, na virada do milênio (Evangelista, 2006)

Entre as décadas de 1970 e 80, a sociedade civil ressurgiu em contextos históricos distintos. Por um lado, renasce como parte de um movimento de

resistência contra as restrições às liberdades em regimes autoritários, tanto nos Estados socialistas do Leste europeu, como nas ditaduras militares na América Latina (Kaldor, 2000; 2003; Keane, 2003). Por outro lado, o debate sobre a sociedade civil também reaparece em setores da esquerda democrática, descontentes com os resultados limitadores do Estado de bem estar social, como no caso da França. A crítica se dirigia à perda de influência política das classes trabalhadoras, que se tornavam clientes passivas do Estado, reduzindo o exercício de sua cidadania à participação em partidos e em eleições. (Cox, 1999; Costa, 2002). Ainda em âmbito doméstico, estas organizações continuavam em evidência na década de 1990, na medida em que passavam a desempenhar papéis importantes, muitas vezes assumindo funções até então típicas do Estado, em áreas como saúde, educação, cultura e políticas sociais, no contexto de reforma do Estado (Nogueira, 2004).

A década de 1990 também testemunhou um grande crescimento na participação de organizações da sociedade civil em organismos internacionais, sobretudo, nas Conferências Mundiais da ONU. Embora alguns autores sejam céticos com relação à efetividade desta participação<sup>5</sup> - e, de fato, o crescimento nos números de solicitação de novos credenciamentos não significa necessariamente maior democratização -, este crescimento aponta tendências em curso na esfera social em busca de maior acesso aos organismos internacionais. Uma breve comparação nos números de novos credenciamentos em conferências da ONU revela a expressividade do crescimento: na Conferência sobre Direitos Humanos de Teerã, em 1968, 57 novas ONGs solicitaram credenciamento; este número dobrou na Conferência do Ano Internacional da Mulher, em 1975, na Cidade do México (114 novos pedidos); na Conferência sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro, em 1992, as novas solicitações saltaram para 1.378; e na Conferência sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, foram 2.600 novos pedidos de credenciamento (Evangelista, 2006: 39). Além disso, este processo

---

<sup>5</sup> Alejandro Colas, por exemplo, afirma que uma inspeção mais cuidadosa revela que estas conferências são tão circunscritas pelos interesses dos Estados, que seria difícil identificar uma representação genuína e autônoma de uma cidadania global. (Colas, 2002)

envolveu e envolve não apenas as Conferências propriamente ditas, mas uma série de eventos paralelos, além dos encontros de preparação das atividades.

Este cenário deu substrato às primeiras contribuições normativas à idéia de “sociedade civil global”. Em 1992, Ronnie Lipschutz publicou um dos primeiros artigos sobre a emergência deste conceito na revista Millennium. No artigo em questão, o autor identifica a “sociedade civil global” como um processo histórico, que teria nascido da conjunção de três fatores: a retração da anarquia internacional e sua substituição por um tipo diferente de sistema, governado por normas; a inabilidade de Estados para lidar com certos problemas de bem estar social, resultando em crescentes esforços por parte da sociedade civil; e o esfacelamento de velhas formas de identidade política centradas no Estado, além do crescimento de novas formas de identidade social e política que estariam desafiando a política mundial estatista. As fronteiras espaciais da sociedade civil global seriam diferentes porque sua autonomia com relação às fronteiras do sistema de Estados permitiria a construção de novos espaços políticos. Apesar de interagirem com Estados e governos, as redes da “sociedade civil global” se estenderiam através dos níveis de análise e das fronteiras do Estado. (1992:392; 393)

A “sociedade civil global” estaria se formando nesta conjuntura histórica porque na virada do milênio estaríamos vendo a dispersão da soberania do Estado tanto “para cima” em instituições supranacionais, quanto “para baixo” em unidades subnacionais. Seria o ápice de uma socialização de longo prazo de todos os territórios geográficos em Estados-nação e de processos mais recentes de integração, que começaram depois da Segunda Guerra Mundial. Esta dispersão da soberania também seria consequência do enfraquecimento da anarquia como princípio organizador do sistema internacional – teríamos um conjunto de normas tomando seu lugar. Estas seriam as normas do liberalismo, especialmente as associadas aos direitos humanos. Este movimento da fonte da soberania primeiro na figura do rei, depois para um determinado povo e agora para o indivíduo cosmopolita sugeriria que uma função particular do Estado no sistema anárquico – a mediação entre os níveis sistêmico e doméstico – estaria perdendo importância.

Este domínio do liberalismo não sugeriria que todos os aceitem, naturalmente poderíamos encontrar exemplos de resistência nas esferas culturais e políticas.

*What the domination of the liberalism does do is to begin to make possible the substitution of new global social constructions in place of the older one of anarchy. It is under the umbrella of these emerging social constructions that new forms of non-state global political activity – global civil society – are emerging<sup>6</sup>. (1992:407)*

A partir de meados da década de 1990, alguns fatores já mencionados acima - como as crises econômicas, o crescimento das desigualdades sociais e das taxas de desemprego, a continuidade de conflitos violentos ao redor do mundo -, geraram um contexto propício à atuação transnacional de movimentos sociais mais contestadores, contrários aos processos de globalização num primeiro momento e mobilizados principalmente em torno de questões econômicas, como foram os protestos em Seattle, Praga e Gênova, contra organismos econômicos internacionais. Com o desenrolar destas lutas e a construção dos Fóruns Sociais Mundiais, a partir de 2001, os movimentos antiglobalização passaram a exibir contornos do que passou a se denominar movimento *altermundialista* ou globalização “de baixo”, o “Príncipe pós-moderno” formado pelos movimentos sociais (Cox, 1999; Gill, 2000;).

Vale ressaltar que a emergência deste ciclo de protestos já vinha sendo fermentada ao longo da década de 1990. Donatella della Porta aponta alguns antecedentes do *altermundialismo*, como as campanhas então em curso contra a ALCA, na América Latina; contra o Acordo Multilateral sobre Investimentos; pela anulação da dívida externa dos países subdesenvolvidos (Campanha Jubileu); e “por uma Europa social”, contra o desemprego e a exclusão (Della Porta, 2007:3). Cabe ainda acrescentar aos antecedentes a eclosão da insurgência zapatista em Chiapas, em 1994, e a própria crise dos partidos de

---

<sup>6</sup> As diversas questões suscitadas pelo texto do autor serão abordadas em detalhes ao longo dos próximos capítulos, na medida em que o debate se desenvolve. Escolheu-se apresentá-las brevemente neste ponto por apresentar um traço praticamente caricatural no encadeamento de idéias como “sociedade civil global”, governança, retração do papel do Estado e da anarquia internacional e constituição de um âmbito global, no contexto de discursos fortemente otimistas e homogêneos, característicos do imediato pós-Guerra Fria.



esquerda, logo após o fim da Guerra Fria, que levou antigos e novos militantes a procurarem alternativas de ação política.

Desse modo, é possível afirmar que o fermento do movimento *altermundialista* já existia ao longo dos anos 1990, por meio de várias ações localizadas e/ou setoriais, mas foi a conjuntura específica do final da década que permitiu sua expansão e sua articulação em torno de uma crítica comum à “globalização”. Este processo ficou ainda mais evidente nas sucessivas edições do Fórum Social Mundial - que passou a congregiar uma série de movimentos, organizações não-governamentais, redes das mais diversas áreas e com os mais diversos interesses- e no crescimento de cúpulas alternativas às reuniões de Chefes de Estado, como as Cúpulas dos Povos das Américas e as Cúpulas dos Povos do Sul.

Nota-se que, se no começo dos debates acadêmicos sobre uma “sociedade civil global”, a idéia aparecia como um processo relativamente coeso, de democratização *bottom-up* da política mundial, ao longo da última década, esta mesma esfera de relações passa a ser vista de um modo dual, na qual coexistem e disputam forças sociais contestadoras e contra-hegemônicas e forças dominantes, interessadas na manutenção da ordem hegemônica. Mesmo dentro do mesmo conjunto de forças sociais favoráveis a transformações democráticas, identificam-se posições e interesses distintos, que podem ou não convergir. Com efeito, Chase-Dunn e Gills (2005) identificam uma aparente tensão entre, por um lado, os movimentos sociais que lutam contra a globalização (ou por *outra* globalização) e, por outro, os grupos que apóiam reformas nas atuais instituições para uma governança mais democrática. Apesar da aparente contradição, as estratégias podem ser complementares. Contudo, o esboço destas diferenças entre interesses, estratégias e táticas mostra sinais de que a homogeneidade e coerência na idéia de uma “sociedade civil global” não se sustentam, como veremos no próximo capítulo.

### **A diversificação dos debates teóricos sobre a idéia de uma “sociedade civil global” e sobre a ação política não-estatal além das fronteiras**

*Returning to the original Latin concept of civil society, a civilis societas, or civilized community is defined as having its own legal codes, as opposed to those individual states. The networks that I have described here are all united, more or less, by common norms or codes of behavior that have emerged in reaction to the legal and other socially constructed fictions of the nation-state system. (...) The principles of economic and political liberalism thus come to represent something like the jus civile or the civilized community, existing above the laws of individual states.*

Ronnie Lipschutz, 1992:407

*(...) the activities of civil society organizations and global civil society serve to stabilize and normalize conditions that are seen as threats or disturbances to those conditions of normality. (...) global civil society is less a “problem” for power than a product of power. It is deeply enmeshed with practices of governmentality and biopolitics. It is a means whereby those matters that cannot or will not be addressed by the agents of the state or interstate institutions will, nonetheless, be dealt with by someone.*

Ronnie Lipschutz, 2005: 239, 247

Assim como os debates sobre governança global, organizações e regimes internacionais, as discussões sobre novos atores refletem uma questão mais ampla sobre as possíveis transformações no sistema internacional com os processos de “globalização”, a partir dos anos 1990. No contexto descrito no capítulo anterior, reaparece o debate sobre a ação política não-estatal além das fronteiras do Estado. Em certos aspectos, a discussão retoma e amplia questões presentes na literatura dos anos 1970 sobre o transnacionalismo.

Embora autores realistas como Raymond Aron, já mencionem a existência de uma sociedade transnacional, esta não aparece como um espaço da política, e

sim como: “a sociedade formada por indivíduos que pertencem a unidades políticas distintas e que mantêm relações recíprocas enquanto pessoas privadas”<sup>7</sup>. Nesse sentido seria uma esfera à parte da esfera interestatal. Um dos pontos centrais do livro “*Transnational Relations and World Politics*”, organizado por Keohane e Nye no início da década de 1970 é justamente uma crítica a esta separação.

Os autores rejeitam o paradigma de política internacional fundado apenas no comportamento dos Estados – por não considerar atores não-estatais importantes que utilizam meios similares para atingir seus objetivos - e propõem um paradigma mais amplo, uma definição de política que se refira a relações nas quais pelo menos um ator conscientemente emprega recursos, tanto materiais quanto simbólicos, incluindo a ameaça ou exercício de punição, para induzir o comportamento de outro ator. Com esta definição, a política mundial passa a ser toda a interação política entre atores significativos no sistema mundial, na qual ator significativo é qualquer organização ou indivíduo autônomo que controla recursos expressivos e participa de relações políticas com outros atores cruzando as linhas do Estado. Nesse sentido, relações transnacionais sempre existiram, a diferença no contexto da década de 1970 seria a alteração dos custos das escolhas disponíveis aos Estados. (Keohane e Nye, 1971)

Se esta literatura centrou suas análises, sobretudo, no papel de atores econômicos transnacionais, a emergência do debate sobre uma “sociedade civil global” no início dos anos 1990 traz à tona a discussão sobre os atores sociais além das fronteiras do Estado e seu impacto político no sistema internacional.

---

<sup>7</sup> A sociedade transnacional em Aron: *Les systèmes internationaux, avons-nous dit, englobent les unités qui ont, l'une avec l'autre, des relations diplomatiques régulières. Or, de telles relations s'accompagnent normalement de relations entre les individus, qui composent les diverses unités. Les systèmes internationaux sont l'aspect interétatique de la société à laquelle appartiennent les populations, soumises à des souverainetés distinctes. (...) La société transnationale se manifeste par les échanges commerciaux, les migrations de personnes, les croyances communes, les organisations qui passent par-dessus les frontières, enfin les cérémonies ou compétitions ouvertes aux membres de toutes ces unités.* (Aron, 1962:113)

As autoras Margaret Keck e Kathryn Sikkink justificam esta diferenciação:

*Both the Keohane and Nye collection and the various analysts of the “new transnationalism” lump together relations among quite distinct kinds of transnational actors (...) but we distinguish three different categories based on their motivations: (1) those with essentially instrumental goals, especially transnational corporations and banks; (2) those motivated primarily by shared causal ideas, such as scientific groups or epistemic communities; and (3) those motivated primarily by shared principled ideas or values...* (1998: 30)

O foco nas motivações (no caso, inspiradas por valores e princípios) é um dos elementos centrais da base normativa destas análises. Seu referencial empírico está na intensificação de processos já em curso: a revolução nas tecnologias de comunicação, informação e transporte - que possibilitaram uma nova organização espacial da produção (aprofundamento da internacionalização da economia) - também permitiria uma nova organização das relações sociais em âmbito planetário. Estas novas articulações políticas e sociais seriam um contraponto, ou ainda, seriam forças de pressão democrática ao poder dos Estados nacionais e dos mecanismos formais de governança global. Neste contexto ganha força a idéia de “sociedade civil global”, como a variante societal do processo de globalização econômica (Germain e Kenny, 2005: 2).

Contudo, uma das principais deficiências de grande parte das análises liberais sobre a emergência de uma “sociedade civil global” é considerar apenas marginalmente a dimensão sociológica destes processos, dando origem a visões homogeneizantes e eurocêntricas sobre o tema. Em certa medida, esta deficiência também acarretou alguma negligência com as desigualdades de oportunidades de acesso entre as diversas organizações, as diferenças culturais, o caráter não necessariamente democrático dos atores não-estatais e a transposição quase natural de fronteiras rumo a uma dimensão global. Estas problematizações, com maior ou menor ênfase, vão aparecer em diversas vertentes teóricas, que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

A pluralidade de atores, de interesses, de mecanismos de ação parecem ser justamente o elemento de unidade que está na base da idéia liberal de uma

“sociedade civil global”, como veremos adiante. Esta abrangência permite que as reações e problematizações ao conceito de inspiração liberal se enveredem por caminhos distintos. É neste ponto que a idéia central, ou seja, a ação política não-estatal além das fronteiras nacionais pode se manifestar sob outros rótulos, como na idéia de movimentos sociais transnacionais, por exemplo.

Keck e Sikkink capturam este problema ao afirmarem que:

*Many other scholars now recognize that “state does not monopolize the public sphere” and are seeking, as we are, ways to describe the sphere of international interactions under a variety of names: transnational relations, international civil society, global civil society. (1998: 32)*

Ao contrário do início da década de 1990, quando esta discussão estava dominada por discursos de mudança e por premissas teóricas peculiares a estes discursos, o que se pretende demonstrar nesta pesquisa é que atualmente o debate é mais plural. Contudo, esta pluralidade não implica necessariamente em um enriquecimento das construções teóricas, pois também se verifica certa fragmentação entre os mesmos.

Tendo em mente esta falta de intercâmbio, o objetivo deste segundo capítulo é compreender como vertentes de inspiração teórica diversa no campo das relações internacionais têm retratado e entendido a ação política não-estatal além das fronteiras do Estado e suas demandas por democratização e reforma (ou muitas vezes contestação) dos mecanismos de governança do sistema de Estados, seja sob a denominação de “sociedade civil global”, seja sob outro rótulo.

Seguindo o movimento identificado nos debates sobre os processos de globalização e governança, esta discussão também ganhou complexidade, deixando de lado seu caráter homogêneo, linear e potencialmente benéfico, e passou a exibir seu caráter dual, um campo aberto de disputas e pressões, sem resultados definidos<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> As duas citações na epígrafe deste capítulo são ilustrativas de como este debate se desenvolveu. No artigo de 1992, marcado por um tom otimista, Lipschutz retrata em seus posicionamentos a prevalência dos valores liberais na discussão sobre uma “sociedade civil global” emergente. No artigo de 2005, o

Buscando evitar justamente esta fragmentação e a rotulação dos autores em torno de divisões teóricas estreitas – muitas vezes insuficiente e/ou contraproducentes – deu-se preferência em apresentar este debate agrupando-o em torno de temas e perguntas. Evidentemente esta escolha não implica em silêncio sobre estas diferenças conceituais, ao contrário, mas sugere um modo mais claro de compreender o debate. Neste sentido, algumas questões devem guiar este capítulo: quem são fundamentalmente estes atores não-estatais que ultrapassam fronteiras? Como o fazem? Ou seja, quais os processos de articulação internacional, transnacional e/ou global? Como podemos caracterizar este “espaço” de atuação além-fronteiras?

## 2.1. Os atores

*O discurso da sociedade civil “globalizou-se”. Conceito muito usado atualmente por políticos, acadêmicos e ativistas em todo o mundo, o termo “sociedade civil” é invocado para tudo, designando desde empreendimentos cívicos, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos até redes mundiais, organizações não-governamentais, grupos de defesa dos direitos humanos e movimentos sociais transnacionais. (Cohen, 2003: 419)*

De quem falamos quando pensamos na ação política não-estatal além das fronteiras nacionais? As concepções de orientação liberal<sup>9</sup> cosmopolita, que

---

autor assume uma posição mais crítica e destaca as possibilidades de controle contidas nesta arena, bem como seu papel no exercício de uma governamentalidade global emergente, por meio da capilaridade do poder social.

<sup>9</sup> Cabe um breve esclarecimento sobre o uso do termo liberal para agrupar estas análises. As idéias políticas associadas à promoção de uma sociedade civil global são liberais em diferentes aspectos. A visão de que o desenvolvimento de uma vida associativa entre a esfera do indivíduo e do Estado (e também das organizações internacionais, na versão contemporânea) é instrumental para alcançar a liberdade e a crença de que a liberdade de associação é necessária a uma ordem econômica estável remetem a Adam Smith e John Locke. Por outro lado, dentro da filosofia política liberal é a tradição da teoria ética cosmopolita, inspirada pelo trabalho de Kant, que molda a idéia de sociedade civil global e a noção subjacente de cidadania global. Destaca-se também a herança de Tocqueville - de uma rica e densa vida em grupo como meio de sustentar a legitimidade de um sistema político - na reivindicação de uma sociedade civil global. Outro elemento que exerce influência no debate sobre a ética de uma sociedade global é a perspectiva do liberalismo social e a noção de justiça social, associada ao trabalho de John Rawls. (Gamble e Kenny, 2005: 28-30). Keohane sintetiza o que seria o liberalismo como análise da realidade social nas relações internacionais em três pontos: uma análise que parte dos indivíduos, como atores relevantes; que procura entender como a agregação de indivíduos leva a decisões coletivas; e que

marcam os termos deste debate, sugerem que uma variada gama de atores integrariam o processo de formação de uma “sociedade civil global”: ONGs, grupos de pressão e redes de ativismo, movimentos sociais, movimentos religiosos, entre outras organizações não-estatais. Em comum a estes atores muito diferenciados reside o fato de não falarem em nome de Estados e governos, não operarem por meios violentos e não serem orientados pelo lucro.

A autora Mary Kaldor identifica três interpretações distintas do termo “sociedade civil global”. A primeira estaria associada aos novos movimentos sociais que emergiram após 1968, à emergência de redes transnacionais de ativistas na década de 1990 e ao movimento antiglobalização ou *altermundialista* que ganhou destaque no final dos anos 90. A segunda estaria mais presente no entendimento de instituições internacionais ligadas a governos ocidentais, como parte da “nova agenda política” no contexto de reforma do Estado; seus atores principais seriam as ONGs e não os movimentos sociais. Por fim, a terceira interpretação estaria mais voltada aos enfoques pós-modernos, mais críticos ao eurocentrismo das versões anteriores e que reivindicam a inclusão de movimentos religiosos, étnicos e culturais para o entendimento do conceito (Kaldor, 2003).

Abarcando as três versões descritas anteriormente, Kaldor define:

*(...) global civil society is a platform inhabited by activists (or post-Marxists), NGOs and neoliberals, as well as national and religious groups, where they argue about, campaign for (or against), negotiate about, or lobby for the arrangements that shape global developments. There is not one global civil society but many, affecting a range of issues—human rights, environment and so on (Kaldor, 2003: 590-91)*

Algumas dificuldades surgem com as análises empíricas, pois os dados disponíveis sobre organizações da sociedade civil dos países do Norte são

---

engaja esta análise numa visão de mundo que enfatiza os direitos individuais e adota uma visão de progresso nos assuntos humanos. (Keohane, 2002:45). Desse modo, com um mínimo denominador comum, qualificamos estas explicações sobre sociedade civil global como liberais, na medida em que apresentam os elementos de valorização da liberdade e dos direitos individuais e a noção de progresso e evolução histórica.

muito mais abundantes que do Sul e há poucos dados compilados sobre estatísticas do passado. Mais além, as barreiras técnicas e empíricas para mapear e medir a “sociedade civil global” são compostas ainda por dificuldades epistemológicas, pela característica muitas vezes efêmera de seus atores: *their recalcitrance in the face of classification is a basic feature of global civil society, which is never a fixed entity, but always a temporary assembly, subject to reshuffling and reassembly.* (Keane, 2003:7)

Diante destas constatações, John Keane sugere que seria mais adequado usar o conceito como um tipo-ideal – como uma construção mental intencionalmente produzida que, embora não seja achada na sua forma “pura” no mundo social, é útil para nomear e esclarecer a variedade de elementos da complexa realidade social. (Keane, 2003:8) Nesse sentido, como um tipo-ideal, a sociedade civil global se refere a:

*(...) a dynamic non-governmental system of interconnected socio-economic institutions that straddle the whole earth, and that have complex effects that are felt in its four corners. (...) It is an unfinished project that consists of sometimes thick, sometimes thinly stretched networks, pyramids and hub-and-spoke clusters of socio-economic institutions and actors who organize themselves across borders, with the deliberate aim of drawing the world together in new ways. These non-governmental institutions and actors tend to pluralise power and to problematise violence; consequently, their peaceful or ‘civil’ effects are felt everywhere, here and there, far and wide, to and from local areas, through wider regions, to the planetary itself.* (Keane, 2003:8)

Jan Aart Scholte acrescenta:

*(...) “civil society” is taken here to refer to a political space where voluntary associations deliberately seek to shape the rules that govern one or the other aspect of social life. “Rules” in this conception encompass specific policies, more general norms, and deeper social structures. (...) The “aspects of social life” that concerns us here is the governance of global realms.* (2002:283)

As reações à caracterização dos atores empreendida pelas abordagens de caráter liberal inspiram caminhos distintos. Durante o percurso de revisão da literatura, esta pesquisa identificou concepções diversas sobre a ação política por parte de atores sociais que transcende fronteiras, às vezes expressa na



idéia de “sociedade civil global”. É esperado que diferentes tradições teóricas, de acordo com suas premissas e metodologias, inspirem contribuições e argumentos diferenciados com relação ao questionamento de um mesmo objeto de estudo, por exemplo, o conceito de Estado ou de soberania. A dificuldade adicional no tema da ação política empreendida por atores sociais além das fronteiras é que, como as definições de corte liberal agrupadas em torno na idéia de “sociedade civil global”, incorporam uma pluralidade de organizações, a caracterização destes atores pode variar bastante em concepções teóricas diversas, embora o problema central permaneça.

Em seu trabalho sobre o ativismo transnacional, Keck e Sikkink em parte mantêm a caracterização dos atores que seriam, majoritariamente, organizações não-governamentais de *lobby*, pressão e pesquisa (nacionais e internacionais), movimentos sociais locais, fundações, mídia, igrejas, sindicatos, intelectuais, parte de organizações regionais e internacionais e partes de braços executivos e/ou parlamentar de governos (1998: 9). Apesar de incluírem algumas organizações ligadas a governos, a característica essencial da ação baseada em valores e princípios permanece na idéia de rede. As autoras recusam o conceito de sociedade civil e recorrem à idéia de rede para enfatizar características simultâneas de agente e estrutura.

*We refer to transnational networks (rather than coalitions, movements or civil society) to evoke the structured and structuring dimension in the actions of these complex agents, who not only participate in new areas of politics but also shape them. (...) Part of what is so elusive about networks is how they seem to embody elements of agent and structure simultaneously. When we ask who creates networks and how, we are inquiring about them as structures – as patterns of interaction among organizations and individuals. When we talk about them as actors, however, we are attributing to these structures an agency that is not reducible to the agency of their components. (1998:4,5)*

Além disso, a idéia de rede busca ainda enfatizar a ausência de hierarquia entre estes atores (1998:8). Neste ponto cabe mencionar que este é justamente um dos problemas do enfoque de Keck e Sikkink: assumem a igualdade entre os “nós” que integram estas redes e não questionam a legitimidade destes atores. Trabalhos recentes sobre a experiência concreta de redes de pressão na área de direitos humanos colocam em evidência esta

questão das hierarquias. Frequentemente, as vítimas de violações de direitos humanos e as organizações locais fornecem informações a ONGs internacionais que detêm os recursos e o poder para formatá-las, numa espécie de divisão do trabalho. O artigo de uma ativista da área ilustra esta questão empírica:

*Reports on human rights abuses are prepared and issued by organizations that grasp the techniques necessary for the compilation of these reports and who have sufficient funding for them. Victims, who are dealing with the problems on the ground, either do not have the personal and financial resources to publish and use these kinds of reports, or would not have the resources to work with them at the necessary international level after they are issued. Complex reports prepared by outsiders thus necessarily interpret the language of victims; the victims are not allowed to serve as subjects in the production of their own narratives but are only sources of material for the reports. (Bukovská, 2008:11)*

*Desse modo, rather than eliminating power relations and domination over those they aim to help, human rights advocates often sustain power imbalances and use human rights violations as a commodity (Bukovská, 2008:7)*

Considerando mais atentamente esta questão das hierarquias, Alejandro Colas destaca a desigualdade na posição estrutural entre as organizações: (...) *while social structures may be reproduced by human agents, not all human agents are equally implicated in the reproductions of such structures. (2002: 89)*

Existiriam particularmente dois problemas com relação ao foco das contribuições de inspiração liberal em organizações não-governamentais internacionais e grupos de pressão internacional. Em primeiro lugar, estes grupos de pressão não contestam a legitimidade como um todo dos regimes, sua atuação é mais voltada a alterar políticas particulares. Outra questão é a falta de *accountability* e legitimidade destes próprios grupos. Focado na dimensão menos institucionalizada de participação, de caráter contra-hegemônico, Colas destaca o papel dos movimentos sociais. Se a sociedade civil internacional for considerada como um possível espaço de política mundial progressista, as esperanças devem ser depositadas nas ações dos movimentos sociais, que pelo menos possuem um grau de legitimidade democrática. (Colas, 2002: 62, 63).

Uma rápida investigação sobre a natureza dos atores envolvidos nos mecanismos formais de governança revela o predomínio de ONGs, em detrimento de outros atores, como os movimentos sociais. O Sistema Integrado de Organizações da Sociedade Civil, desenvolvido pelo departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, revela que das 13.503 entidades credenciadas no ECOSOC (Conselho Econômico e Social), 11.630 são ONGs<sup>10</sup>.

Outro grupo de análises considera, sobretudo, as organizações não-governamentais como os atores primordiais da chamada “sociedade civil global”. Esta diferença com relação às abordagens centradas em movimentos sociais em parte se explica pelo fato destas análises estarem voltadas à dimensão mais institucionalizada de participação, buscando entender o papel destas organizações nos mecanismos de governança - além da parceria entre estes atores e os doadores e agências internacionais. Este é o caso, por exemplo, de uma das contribuições de Hans Martin Jaeger, que estuda o tema com base em discursos das Nações Unidas dos anos 1990, na qual a participação majoritária é de organizações não-governamentais (Jaeger, 2007).

O foco nas ONGs como atores principais também fica evidente em estudos sobre as relações complexas entre estas entidades e as organizações internacionais em temas como o “novo humanitarismo” e as questões relativas ao tema do desenvolvimento. Douzinas (2007) e Heathershaw (2008) apontam o envolvimento crescente de ONGs em missões humanitárias e sua contribuição à mudança testemunhada nas últimas duas décadas no entendimento do conceito de paz - que passou da ausência de conflito em um dado território para a idéia de paz como um processo, que envolve a intervenção pós-conflito, num movimento de construção da paz. Neste processo é central a expansão maciça do papel de ONGs internacionais e a

---

<sup>10</sup> número total, não restrito àquelas entidades com status consultivo. Sistema Integrado de Organizações da Sociedade Civil, departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU: <http://esango.un.org/civilsociety/login.do>

contratação de parceiros locais nas situações de pós-conflito. (Heathershaw, 2008).

Outra dimensão desta mesma questão é problematizada por Mark Duffield (2007) ao levantar o papel das ONGs nas questões relativas ao desenvolvimento. O autor parte da premissa de que a produção de vida política e econômica “excedente” é intrínseca à modernidade. O desenvolvimento é a técnica para constantemente incluir e excluir a vida excedente e, assim, garantir a segurança. Inicialmente criado pelas emergências decorrentes das duas grandes guerras na Europa no século XX, após a reconstrução do continente, o movimento moderno de ONGs passou a direcionar seus esforços às colônias europeias, buscando num primeiro momento reformar e modernizar o regime colonial e, posteriormente, combater a pobreza, como forma de explicar os erros passados e projetar as ações futuras. Nos últimos anos, inserido na idéia de Estado falido, este discurso sobre desenvolvimento articula-se de modo mais direto com as questões sobre segurança, e aponta a necessidade de se problematizar o papel das ONGs e sua parceria com as organizações internacionais no exercício da governança global.

Com base nas considerações feitas acima, e que serão reforçadas pelas questões levantadas adiante, percebe-se que estes dois grupos de reações às contribuições liberais se encaixariam na observação feita por Robert Cox (1999) sobre o desenvolvimento do conceito de sociedade civil em âmbito doméstico. Ao empreender uma retomada histórica do termo (do pensamento iluminista a Gramsci), Cox afirma que esta revisão conceitual revela dois significados justapostos: um mostra um processo “de cima para baixo” (*top-down*), no qual as forças dominantes constroem uma hegemonia intelectual e cultural; o outro revela um processo “de baixo para cima” (*bottom-up*), no sentido de construção contra-hegemônica (Cox, 1999). Embora a analogia propriamente entre a sociedade civil doméstica e global seja altamente questionada, este duplo entendimento parece manter-se na revisão das contribuições teóricas distintas à idéia liberal de “sociedade civil global”.

Em suma, pretendeu-se mostrar que em estudos diversos a caracterização dos principais atores não-estatais envolvidos na ação política além-fronteiras não é um tema consensual. Pode-se afirmar que, como contraponto às perspectivas de caráter liberal cosmopolita, tem-se dois caminhos: por um lado, tenta-se resgatar o papel e a legitimidade dos movimentos sociais nas articulações transnacionais e, por outro, busca-se problematizar o envolvimento de organizações não-governamentais nestes processos. Na caracterização destes atores, o rótulo de “sociedade civil global” mostra-se como um dos termos utilizados, mas não o único. Decorre disto a importância de lançar luz sobre o debate para compreender suas diversas facetas de modo mais integrado.

Parte-se agora à questão de como estes atores se articulam além das fronteiras nacionais: como se dão estes processos?

## 2.2. Os processos

Uma vez identificados estes atores, questiona-se frequentemente a analogia com o conceito de sociedade civil em âmbito doméstico. Como ocorre (e se realmente ocorre) esta articulação de diversas organizações em algo chamado de sociedade civil inter/transnacional ou global?

A utilização do mesmo conceito de sociedade civil só pode ser compreendida quando devidamente contextualizada, ou seja, quando considerada a mudança no significado do termo, que saiu do guarda-chuva do Estado ampliado gramsciano para ser reposicionado em contraposição ao Estado. Esta mudança tem raízes históricas, mas também ideológicas. Historicamente, a sociedade civil se desloca do Estado e passa a contrapô-lo em experiências concretas e distintas, expressas nas lutas por redemocratização no Leste europeu e na América Latina. Esta idéia de contraponto é reforçada pelas mudanças nas formas de organização política e econômica a partir do final dos anos 1970, com a diminuição do papel regulador do Estado e crescente autonomia da sociedade civil. A retórica indica que com a intensificação dos

processos de “globalização” esta articulação de atores não-estatais ganharia contornos globais. Mas como ocorre este processo de transposição das fronteiras?

Neste ponto, cabe examinar com mais detalhes o desenvolvimento do debate conceitual dentre as perspectivas liberais sobre o termo, com destaque aos autores ligados ao enfoque cosmopolita. Mary Kaldor, por exemplo, afirma que, por causa desta conjuntura histórica particular denominada “globalização”, poderia ser equivocado derivar o significado contemporâneo dos termos sociedade civil e sociedade civil global das definições clássicas, que esconderiam aspectos novos desses conceitos. Enquanto as definições clássicas<sup>11</sup> pressupõem a interação com o Estado, o conceito contemporâneo se afastou de abordagens estadocêntricas, tanto no sentido societal (mais centrado na autonomia pessoal), quanto no sentido geográfico, com relação à reestruturação territorial das relações sociais causada pela intensificação da interconectividade global (Kaldor, 2000: 108)

John Keane também identifica a confluência de alguns fatores na construção do novo conceito: o renascimento no Leste Europeu; os efeitos revolucionários das novas comunicações; a consciência de que todos somos membros de um

---

<sup>11</sup> Para uma análise do conceito clássico de sociedade civil, consideramos a definição dada por Hegel, pois esta estabelece uma distinção importante com relação às definições anteriores e, a partir dela, se estabelece o debate posterior tanto com Marx, como com Gramsci. O termo já aparece em Aristóteles, no sentido de uma comunidade ético-política (Restrepo, 1990:63); nos teóricos jusnaturalistas, de Hobbes a Kant, a sociedade civil aparece como sinônimo de sociedade política, ou seja, do Estado contratual, contrário ao estado de natureza. (Bobbio, 1982: 26). Na obra de Hegel, a sociedade civil é anterior ao Estado e incorpora tanto o âmbito das relações econômicas (sistema das necessidades), quanto um âmbito de socialização, no qual seria possível o estabelecimento de vínculos de solidariedade em associações e corporações. (Hegel, 2003; Costa, 2002). Em Marx, a sociedade do modo de produção capitalista está necessariamente dividida em classes antagônicas, de modo que ela não pode ser considerada um espaço no qual seja possível alguma construção ética comum. Além disso, o Estado para Marx reflete o domínio econômico da burguesia. A sociedade civil de Marx é reduzida à esfera da infra-estrutura (Costa, 2002). Em Gramsci, ao contrário, a sociedade civil passa à esfera da superestrutura. A dominação burguesa não é apenas produto da dominação econômica e do controle do Estado, mas é também conquistada por meio da hegemonia no plano cultural e ideológico, disputa que tem lugar no âmbito da sociedade civil. Gramsci elabora um modelo tripartite de sociedade: a infra-estrutura econômica do modelo marxista permanece a mesma, mas a superestrutura passa a ser expressa pelo modelo de “Estado ampliado”, que reúne os aparelhos privados de hegemonia (escolas, igrejas, associações, partidos, agrupados na “sociedade civil”) e os aparelhos estatais e de segurança propriamente, ou a “sociedade política”. Neste modelo, sociedade civil e sociedade política não são excludentes, ao contrário: (...) *deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção.* (Gramsci, 2000:244)

mesmo planeta, suscetível a nossa ação e estimulada pelos movimentos pacifista e ambientalista; a percepção de que o fim dos regimes socialistas implicaria uma nova ordem política global; o crescimento das economias capitalistas neoliberais; a desilusão com os Estados pós-coloniais; e a preocupação com o vácuo aberto com o colapso de impérios e Estados e com a irrupção de guerras civis. (Keane, 2003:1-2)

Nota-se aqui particularmente a idéia do “global” como um campo político passível de governança. Dentro das forças e processos que operam na “sociedade civil global” não haveria nenhuma linha clara que separaria o nacional do global; as duas dimensões – *inside/outside* – se interceptariam constantemente e se co-definiriam. (Keane, 2003:24). Keane acrescenta que, ao longo da História, as instituições da sociedade civil nunca foram exclusivamente nacionais ou constituídas pela relação exclusiva com o Estado-nação.

Scholte (2002: 285) também afirma que não faria sentido pensar o conceito apenas em âmbito nacional, pois na política contemporânea, as associações civis operam em espaços regionais e globais, bem como em contextos locais e nacionais. Destaca-se a idéia de desterritorialização:

*This perspective identifies globalization as deterritorialization or, to be more precise, a rise of “supraterritoriality”. Along these lines, globality refers to a particular kind of social space – namely, a realm that substantially transcends the confines of territorial place, territorial distance, and territorial borders. (...) The point is not that globality has taken over territoriality, but that territoriality no longer has the monopoly on social geography that it exercised fifty years ago. We no longer live in a territorialist society. Rather, territorial spaces now coexist and interrelate with global spaces. (Scholte, 2002: 286)*

Na verdade, percebe-se que, embora o “global” seja uma parte essencial da idéia/conceito, sua constituição não é explorada com o devido aprofundamento. O acréscimo deste “adjetivo” à concepção anterior de sociedade civil surge com certa naturalidade, como parte de um processo de evolução dentro da idéia mais geral de constituição do global como espaço político, a partir dos

processos de globalização, de construção de um sistema de governança e da crescente interconexão entre as sociedades.

Também neste ponto as reações e problematizações das explicações liberais seguem contornos distintos. Um primeiro grupo de análises dedica sua atenção às dimensões histórica e sociológica deste processo.

Robert Cox, por exemplo, partilha do entendimento que haja uma transformação no conceito de sociedade civil entendido em âmbito doméstico. O autor justifica que, na verdade, mais do que estabelecer um conceito definitivo na obra de Gramsci, os esforços devem se direcionar justamente à compreensão da transformação histórica na correlação de forças sociais. O conceito de sociedade civil neste novo sentido de emancipação é a combinação de forças sobre as quais poderia se construir a base para um novo Estado e uma nova ordem (Cox, 1999).

Não obstante, o autor identifica que a internacionalização da produção tem gerado uma reestruturação das forças sociais e tem questionado o próprio conceito de proletariado, em torno do qual se construiria a contra-hegemonia na sociedade civil (dividido entre trabalhadores qualificados e integrados ao processo de internacionalização; trabalhadores precarizados; e trabalhadores excluídos). Estas tendências gerariam uma nova configuração na base material da sociedade civil e, portanto, quando se utiliza o termo atualmente, não se tem em mente o âmbito dos interesses econômicos, mas *o âmbito de ações de grupos autônomos distintos tanto do poder corporativo como do Estado. O conceito foi apropriado por aqueles que previram um papel de emancipação para a sociedade civil* (Cox, 1999:10).

Desse modo, o uso atual teria mais afinidade com Tocqueville, mas também com Gramsci, já que este via a sociedade civil não apenas como área de exercício da hegemonia do *status quo* capitalista, mas também área na qual a mudança cultural poderia acontecer, na qual a contra-hegemonia poderia se constituir.



Com a crescente atuação de forças transnacionais e globais nas economias e sociedades nacionais, o problema da hegemonia se colocaria então em todos os níveis: global, regional, nacional e local. Há algo que se poderia chamar de um nascente bloco histórico global (forças econômicas corporativas e seus aliados em governos), com conseqüências profundas na relação entre sociedade política e sociedade civil (ceticismo, desencantamento com as instituições políticas, crise de representatividade). Apesar de identificar a atuação de forças sociais além das fronteiras nacionais, Cox entende que os movimentos neste sentido ainda seriam fracos e pouco coordenados, não sendo considerados, portanto, como uma aliança contra-hegemônica (Cox, 1999)

Alejandro Colas (2002) também situa historicamente o desenvolvimento desta esfera chamada pelos liberais de “sociedade civil global”. Para ao autor, mesmo quando o termo é empregado no sentido tradicional (doméstico) já aparecem dimensões internacionais em sua gênese<sup>12</sup>, que sugerem a aplicabilidade da categoria sociedade civil *internacional*. Nesse sentido, as novas expressões de ação política internacional – ONGs internacionais e humanitárias, movimentos sociais críticos – seriam parte de um processo histórico.

O autor utiliza o termo sociedade civil *internacional*, marcando claramente a importância do Estado moderno e, por extensão, do sistema interestatal, como componentes necessários de qualquer definição conceitual da sociedade civil (Colas, 2002). Dentro do próprio desenvolvimento histórico do capitalismo – baseado na separação entre público e privado, entre a política e a economia –, as relações sociais podem se estender externamente sem a respectiva expansão político-territorial. Esta seria a receita para diferenciação territorial entre os Estados e, ao mesmo tempo, porosidade e interdependência sem precedentes (Rosenberg, 2005).

---

<sup>12</sup> Para o autor, uma análise da expansão das esferas públicas no século XVIII ou dos internacionalismos do século XIX convenceria que formas de ação política associadas à sociedade civil internacional já existiam antes do transnacionalismo contemporâneo. (Colas, 2002)

A incorporação de novos atores às relações internacionais - no caso, os movimentos sociais para Colas -, só trariam mudanças quando desafiassem as estruturas que servem de base à reprodução do sistema internacional moderno: o modo de produção capitalista e a soberania do Estado-nação, segundo o autor. Embora, sua capacidade de ação esteja condicionada pela posição estrutural diferenciada e pela hierarquia de poder e de causalidades históricas, os movimentos sociais são mediadores da mudança internacional em dois sentidos. Por um lado, mesmo de modo não intencional, sustentam a reprodução destas estruturas, mas, por outro, têm sido instrumentais em desafiar a soberania interna e externa, enfraquecendo, portanto, a própria base estrutural do sistema internacional. (Colas, 2002)

Contudo, para o autor, a expansão da sociedade civil internacional não significa necessariamente o enfraquecimento do Estado-nação e o fortalecimento da governança global. Os agentes da sociedade civil internacional estão implicados na reprodução do sistema de Estados e suas demandas são dirigidas aos Estados. As interações entre movimentos sociais da sociedade civil internacional e as instituições da governança global ainda são mediadas pelos próprios Estados, o que derrubaria uma analogia fácil entre sociedade civil/Estado e sociedade civil internacional/governança global.

Outras perspectivas a serem analisadas vêm do trabalho de Sidney Tarrow, de Kathryn Sikkink e Margareth Keck. Com grande influência do transnacionalismo da década de 1970, estes autores também recusam a denominação “global” e enfatizam o caráter *transnacional* da ação destes movimentos sociais. Embora a ação propriamente se descole, em parte, da influência do Estado, o âmbito nacional mantém um papel fundamental nestes enfoques.

Um dos mecanismos mais importantes nestas explicações – que se expressa na idéia de “efeito bumerangue” – só ganha sentido com a existência do sistema de Estados: devido a dificuldades de comunicação entre organizações da sociedade civil e o Estado, estas organizações se articulam em âmbito transnacional para promover a “alavancagem” de suas demandas. Quando

bem sucedidas, estas articulações levam outros Estados mais poderosos a pressionar por mudanças no Estado em questão (Keck e Sikkink, 1998).

As autoras explicam a ação simultânea nos dois âmbitos:

*(...) we draw upon sociological traditions that focus on complex interactions among actors, on the intersubjective construction of frames of meaning, and on the negotiation and malleability of identities and interests. (...) The networks we describe in this book participate in domestic and international politics simultaneously, drawing upon a variety of resources, as if they were part of an international society. However, they use these resources strategically to affect a world of states and international organizations constructed by states. (Keck e Sikkink, 1998:4)*

Esta idéia de alavancar um problema doméstico por meio de articulações transnacionais, está na base também da expressão “cosmopolita enraizado”<sup>13</sup>, utilizado por Tarrow. O autor avança na idéia de oportunidade política e repertórios de ação: o ativismo transnacional é tanto restrito, quanto apoiado pelas redes domésticas. Ao fazer este movimento, ativam processos transnacionais entre Estados e política internacional, e quando regressam ao doméstico, trazem novas formas de ação, novas formas de articular temas internos e, eventualmente, novas identidades que algum dia podem se fundir num movimento de contestação internacional.

Neste ponto, o autor incorpora algumas contribuições da teoria de movimentos sociais, especialmente com a emergência de um novo paradigma na década de 70 para a compreensão da ação coletiva. Central a este paradigma, que substitui a visão do protesto como um momento “anormal” da política, está o conceito de “estrutura de oportunidade política”, que se refere a “*consistent – but not necessarily formal, permanent or national – dimensions of the political environment that either encourage or discourage people from using collective action*” (Tarrow, 2005: 23). É esta estrutura de oportunidades políticas que se transforma com a crescente interdependência entre os Estados e com o

---

13 São os “cosmopolitas enraizados”: individuals and groups who mobilize domestic and international resources and opportunities to advance claims on behalf of external actors, against external opponents, or in favor of goals they hold in common with transnational allies. Os ativistas transnacionais são um subgrupo de cosmopolitas enraizados: people and groups who are rooted in specific national contexts, but who engage in contentious political activities that involve them in transnational networks of contacts and conflict. (2005:29)

processo de globalização<sup>14</sup>, possibilitando novos repertórios de ação aos movimentos sociais, em âmbito transnacional.

O autor retrata esta crescente interdependência em seu conceito de internacionalização – em certa medida similar ao conceito de governança: *a dense, triangular structure of relations among states, nonstate actors and international institutions, and the opportunities this produces for actors to engage in collective action at different levels of the system.* (2005:25). Desse modo, a estrutura internacional de poder está se transformando de modo importante, afetando as políticas de contestação. No entanto, não se pode reduzir o fenômeno à equação: globalização leva à resistência (2005:5). Não existiria um processo central único que estaria levando a uma “sociedade civil global”, mas um conjunto de processos e mecanismos identificáveis que se cruzam com a política doméstica para produzir caminhos novos e diferenciados de mudança política.

Tanto Tarrow, como Keck e Sikkink, não vêem necessariamente na ação política transnacional um sinal de mudança nas comunidades políticas - como afirmam os enfoques liberais cosmopolitas -, mas antes a utilização destas novas estruturas de oportunidades que surgem em âmbito internacional, como mais um repertório de ação dos movimentos sociais na disputa política tradicional. Eventualmente, levam a uma fusão entre o ativismo doméstico e internacional e, sob determinadas circunstâncias, pode ter início a construção de valores compartilhados entre atores não-estatais de diversos países, na formação de coalizões transnacionais, mas este não seria o único resultado possível.

Paralelamente ao desenvolvimento desta literatura, que parte de análises históricas e sociológicas para problematizar o processo de construção de uma “sociedade civil global”, outros enfoques – centrados na dimensão mais institucionalizada da governança -, não negam processos em curso de

---

<sup>14</sup> Tarrow assume a definição de Keohane para a globalização: *increasing volume and speed of flows of capital and goods, information and ideas, people and forces that connect actors between countries.* (Keohane *apud* Tarrow, 2005)

constituição de um campo global, mas o vêem como uma construção discursiva, instrumental ao bom funcionamento dos mecanismos desta governança (Lipschutz, 2005; Bartelson, 2006; Jaeger, 2007).

Esta possibilidade de uma função apenas retórica, nos leva diretamente ao terceiro aspecto deste debate: tendo em mente as compreensões distintas sobre este espaço de articulação não-estatal além das fronteiras – seja internacional, transnacional ou global – como caracterizá-lo? Ou seja, qual a natureza deste espaço político além-fronteiras? Esta terceira gama de questões a serem exploradas a seguir pretende contrapor visões distintas sobre a independência desta arena, o potencial de democratização das relações internacionais - muitas vezes reivindicado por estes atores -, e seu papel no exercício da “governança sem governo” mencionado acima.

### 2.3. A arena

Apesar de o termo “sociedade civil global” ser controverso, podemos destacar alguns pontos centrais aos enfoques liberais sobre a natureza deste espaço: certa autonomia desta arena com relação aos mercados, aos Estados e às organizações internacionais; o potencial de democratização do sistema internacional oferecido por estes atores; e a idéia de global como espaço distinto, não apenas em termos geográficos e espaciais, mas, sobretudo ideológicos, espaço no qual podem existir valores ético-morais universais ao invés dos particularismos nacionais. Kaldor explica:

*In the era of the nation-state, political parties were the primary sites of political debate and the dominant political cleavage was between left and right (...).With the collapse of the Soviet Union and the discrediting of socialist ideas, this cleavage has come to be supplanted by the division between those who emphasise parochial and particularistic concerns, often around the preservation of traditional identities, and those who could be described as cosmopolitans, who emphasise international or global principles and values and who favour tolerance and diversity. (Kaldor, 2000: 109)*

Nesta dicotomização feita por Kaldor entre interesses *parociais* e princípios de *tolerância e diversidade* fica claro o elemento moral presente na idéia. Mas se a sociedade civil global é formada pela pluralidade de atores mencionados nas descrições acima (movimentos sociais, ONGs, movimentos culturais e religiosos, entre outros), como se pode pensar um elemento ético-moral comum?

Keane (2003) apresenta um panorama sobre possíveis respostas. Uma delas seria fundamentada na idéia de que uma ética universal poderia ser deduzida do direito natural, unindo todos os indivíduos com base em seu caráter humano, na faculdade da razão comum a todos. Uma linha semelhante de justificação de uma moralidade universal parte de enfoques neokantianos, fundamentados na premissa de que o indivíduo, com base na razão, pode julgar moralmente a validade universal de sua ação e, assim agir como se sua vontade fosse uma lei universal. Na atualidade, estas vertentes estão representadas pela doutrina da universalidade dos direitos humanos, mas o principal problema destas explicações com relação à “sociedade civil global” residiria na problematização da relação entre direitos humanos e soberania dos Estados (2003: 186,187).

Outro argumento é que uma ética universal seria alcançada de modo indutivo por meio do consenso humano em torno de valores básicos, como o respeito à vida. Em todas as civilizações haveria algum padrão ético em torno de valores básicos e, por meio do diálogo inter/transcultural, seria possível alcançar um consenso. Neste caso, o problema principal, segundo o autor, é que esta explicação assume o que deve ser demonstrado, ou seja, que já existiria uma vontade em nível planetário de se engajar em diálogos entre culturas, fundada em um consenso prévio sobre o ser humano (Keane, 2003: 188-90).

Para o autor, a própria ética está contida na idéia de “sociedade civil global”. Seria entender a sociedade civil global como a possibilidade de múltiplas moralidades, um universo livre de uma ética universal singular. Nesse sentido, (...) *global civil society is a safe haven that guarantees the right to asylum for many different and potentially or actually conflicting morals. It provides*

*permanent sanctuary for those who do not necessarily agree.* (Keane, 2003:197). E ainda:

*So understood, GCS is not only (...) a space within which 'the infinite plurality and differentiation of human beings' can appeal and flourish. It is also an ethical ideal that is universally applicable (...) precisely because it is the only ethic capable of recognizing and respecting a genuine plurality of social differences. (2003: 202)*

O problema da resposta dada por Keane é que para evitar a visão de sociedade civil global como uma arena povoada por conflitos e lutas de poder, o autor passa a defender a pluralidade por causa da própria pluralidade. A questão é que sua formulação se assemelha às outras explicações que o próprio autor critica, na medida em que assume o que deve demonstrar. Assume que a ética deve ser a da diversidade, do respeito às diferenças, mas assume também que existe esta vontade de aceitação das diferenças, porque seus atores são “civilizados” e aceitam a diversidade.

Verifica-se que, mesmo entre os defensores da sociedade civil como um espaço distinto de ética – traço comum a estas perspectivas -, a idéia de valores universais é altamente controversa e coloca na verdade uma questão mais ampla, que perpassa várias disciplinas, sobre a mediação entre o universal e o particular e a questão da alteridade, temas que serão recorrentes no desenrolar destes debates.

Outro ponto comum aos enfoques liberais cosmopolitas é a perspectiva de democratização do sistema internacional, por meio da participação articulada de atores não-estatais. Pode-se considerar que este projeto de ativismo global seria a força “de baixo” (*bottom-up*, no sentido de pressões vindas da sociedade) que, ao lado do projeto da democracia cosmopolita (de caráter mais institucional, ou *top-down*, visando à reforma das instituições internacionais em coordenação com os Estados, em um sistema de governança em múltiplas camadas) levariam a ordem internacional rumo a um arcabouço jurídico cosmopolita. Kaldor afirma:

*Of particular importance, in my view, is a growing body of cosmopolitan law, by which I mean the combination of humanitarian law (laws of war) and human rights law (...) This broadening and strengthening of cosmopolitan law, both immediately after the Second World War and in the 1990s, was largely a consequence of pressure from global civil society. (Kaldor, 2003: 590)*

O ativismo da sociedade civil global ofereceria possibilidades significativas de reduzir a maioria dos déficits democráticos que cresceram nas últimas décadas na governança das relações globais. Para Scholte (2002:293-295) esta democratização se daria por meio da amplificação das vozes dos diversos grupos afetados; do papel educativo de atividades públicas; da pluralidade de posições; do aumento da transparência, por meio de pressão; do aumento da prestação de contas, por meio de acompanhamento; e, como resultado dos cinco elementos acima, do aumento da legitimidade.

Os autores reconhecem que existem desigualdades e dominação por organizações e movimentos do norte geopolítico, além de desequilíbrios de classe e de gênero. Em termos regionais, a América do Norte, a Europa ocidental e o nordeste da Ásia são mais conectados do que o resto do mundo. Ao redor do planeta, centros urbanos estão mais enredados nestas conexões globais do que as áreas rurais; do mesmo modo, profissionais com maior renda são mais conectados do que trabalhadores e setores mais pobres; e em termos de gênero, estudos mostram que homens tendem a estar mais conectados do que as mulheres (Scholte, 2002: 286, 287).

Isso significa que há riscos de que a influência das organizações da “sociedade civil global” não seja exatamente democrática. Por exemplo, pode favorecer determinados grupos em detrimento de outros, pode beneficiar mais o homem-branco-urbano-ocidental em detrimento de comunidades locais ou povos indígenas; ou em termos religiosos, pode refletir o domínio de organizações de certas religiões em detrimento de outras (2002:296-98). Não há garantia de que a pluralidade se reflita em igualdade de acesso.

Todavia, apesar do reconhecimento de contradições e da possibilidade de relações de dominação, a característica deste grupo de abordagens é defender



que os benefícios seriam maiores e que a emergência da chamada “sociedade civil global”, de fato ofereceria uma oportunidade real de emancipação para os indivíduos. (Kaldor, 2003:591). *Yet the possible gains are such (...) that we should welcome the current rise of civic activism on global governance and work to maximize its contributions to a democratic global polity* (Scholte, 2002:295).

Para Keck e Sikkink, a dedução de que uma “sociedade civil global” inevitavelmente emergirá da globalização econômica ou das revoluções nas tecnologias de transporte e comunicação ignoram o tema da agência e oportunidade política. Faltam estudos consistentes dos processos específicos pelos quais indivíduos e organizações criam algo parecido a uma “sociedade civil global”.

*We are much more comfortable with a conception of transnational civil society as an arena of struggle, a fragmented and contested area where ‘the politics of transnational civil society is centrally about the way in which certain groups emerge and are legitimized (by governments, institutions and other groups). (Keck e Sikkink, 1998:34)*

Uma dimensão fundamental a esta arena transnacional, presente no trabalho das autoras, é o papel das redes de ativistas na emergência de normas<sup>15</sup>, cuja consolidação se dá por meio da prática<sup>16</sup>. As autoras afirmam que a influência de normas envolve um ciclo de três etapas: sua emergência, sua ampla aceitação (efeito “cascata”) e sua internalização. As normas geralmente surgem num processo de contestação de normas mais antigas. Neste sentido, uma figura fundamental é a do “empreendedor” de normas, seja ele um Estado, uma organização não-governamental ou uma organização internacional, em busca de um novo padrão de comportamento (Finnemore e Sikkink, 1998). Destaca-se então o papel das redes de ativistas seja na proposição destas normas, seja no exercício de pressão para que sejam aceitas e incorporadas.

---

<sup>15</sup> Norma é entendida aqui como um padrão de comportamento apropriado para atores com uma dada identidade (Finnemore & Sikkink, 1998: 891).

<sup>16</sup> O termo é usado *not only as “that which is done”, but as “the act of doing something repeatedly”* (Keck e Sikkink, 1998: 35)

Devido justamente a este tipo de influência, Hurrell (2005) chama a atenção para a negligência de relações importantes de poder na arena da sociedade civil transnacional: o poder do Estado, que eventualmente pode moldar os interesses de ONGs e fornecer as condições institucionais necessárias; o poder dentro da sociedade civil transnacional, ou seja entre suas organizações; o poder de atores não-estatais transnacionais em sociedades institucionalmente frágeis, nas quais podem alterar a distribuição interna de poder e distorcer o ambiente democrático; e o poder destes atores não-estatais na estrutura internacional, às vezes atuando para reforçar os interesses dos países centrais. Por exemplo, das 783 ONGs credenciadas na reunião ministerial da OMC em Seattle, apenas 97 provinham de países em desenvolvimento, ou seja, cerca de 87% provinham dos países industrializados. (Hurrell, 2005: 44, 45).

Colas (2002) aprofunda o tema da legitimidade e considera que diversas questões de caráter empírico deveriam ser mais bem estudadas, como a distribuição geográfica das ONGs e principalmente os interesses que representam. Tendo em conta esta distribuição geográfica e o tipo de influência exercida (exercer pressão, *lobbying*, ou estabelecer redes, *networking*) – ainda que ambas não se excluam mutuamente -, um estudo sobre as conferências da ONU sobre Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992), Direitos Humanos (Viena, 1993) e Mulher (Beijing, 1995) retrata:

*The strongest, most active, and most effective lobbying organizations came from the North, while the South, often represented by Latin American groups, spearheaded the NGO networking. In the words of one NGO newspaper, writing about Rio, “the Africans were watching, the Asians listening, the Latin Americans talking while the North Americans and Europeans were doing business.” (Clark, Fridman e Hochstetler, 1998)*

Nesse sentido, o potencial de democratização das instituições da governança global reivindicado pela “sociedade civil global” deve ser questionado. *O ponto crítico não é que esses grupos transnacionais societais estabeleçam novos critérios de legitimidade, mas, precisamente, o ponto crítico é a ausência de tais critérios.* (Villa e Tostes, 2006: 100)

A sociedade civil internacional é considerada por Colas, como uma arena povoada pelos antagonismos sociais e políticos inerentes às relações sociais capitalistas. Nesse sentido, não é necessariamente uma esfera benigna de ação, mas um espaço de relações de poder. A sociedade civil não está fora das relações de poder que caracterizam o Estado e o mercado (esta independência tornou-se um dos entendimentos dominantes sobre o termo), mas é um domínio no qual os antagonismos de classe inerente ao poder estrutural do Estado e do mercado jogam com a mediação dos movimentos sociais. (Colas, 2002)

Em contraponto às críticas vistas acima, bastante associadas a estudos empíricos, grande parte das perspectivas abaixo se constrói no plano discursivo. Como vimos, as contribuições liberais partem de alguns pressupostos: em primeiro lugar, está a noção de que a “sociedade civil global” é responsável pela politização de certos temas, como os direitos humanos e o meio ambiente, levando-os ao público transnacional. Em segundo lugar, ao comunicar estas preocupações a governos, organizações internacionais e corporações, a própria sociedade civil global é localizada externamente ao sistema político “oficial” das relações internacionais, desafiando “de baixo” o mercado, o sistema de Estados e suas instituições. Juntos, estes dois aspectos são tomados como um sinal da emergência de uma esfera pública global, com potencial de democratização da política mundial (Jaeger, 2007).

O autor argumenta que a emergência de uma esfera pública global parece estar dentro do sistema político, como um subsistema, e não como uma manifestação externa de democratização das relações internacionais (2007:262) Jaeger afirma que a governamentalidade ao mesmo tempo transcende e usa a diferença entre Estado e sociedade civil e, de modo análogo, entre o sistema de Estados e a sociedade civil global. Mais do que formar uma esfera não-governamental à parte dos Estados e das instituições internacionais, a sociedade civil participa e é um tipo de extensão das práticas governamentais de ambos. A sociedade civil contribui com vigilância, regulação, técnica e mobilização.

Baseado nos discursos da ONU da década de 1990 sobre governança global, o autor afirma que a sociedade civil global acompanha uma diferenciação funcional emergente no sistema político da sociedade mundial, em um subsistema de Estados, um subsistema instituições internacionais e uma esfera pública. Esta esfera pública internacional está envolvida nas operações governamentais da política mundial, enquanto ao mesmo tempo é diferenciada de seus aparatos institucionais oficiais. Como em qualquer divisão do trabalho, a autonomia funcional da esfera pública internacional significa interdependência estrutural com seu ambiente político (sistema de Estados e organizações internacionais). Mais do que se opor “de fora” ao sistema político da sociedade mundial, a esfera pública internacional participa “de dentro” de sua reprodução. (Jaeger, 2007)

Uma característica comum a este grupo de críticas é o emprego do termo governamentalidade<sup>17</sup>, no sentido de uma técnica particular de governo. Embora o conceito tenha sido empregado por Foucault sempre no contexto doméstico, estas análises reivindicam a plausibilidade de empregá-lo em âmbito global, relacionado aos instrumentos de governança. Nesta perspectiva, o papel de atores não-estatais na formatação e no desempenho das funções da governança global não é um exemplo de transferência de poder do Estado para estes atores não estatais. Antes é expressão da mudança na *rationale* da arte de governar, na qual a sociedade civil é redefinida de um objeto passivo de governo a uma entidade que é tanto um objeto quanto um sujeito de governo (Sending e Neumann, 2006:651).

Jens Bartelson (2006) também defende que o conceito de “sociedade civil global” deve ser entendido mais em termos de sua função retórica do que de seu significado conceitual na teoria política e de relações internacionais. A primeira função destas explicações é constituir o global como um espaço político e a segunda é tornar este espaço global um campo governável,

---

<sup>17</sup> O termo governamentalidade aparece na obra de Foucault para designar um processo de mudança histórica na forma de governar, com início no século XVIII, no qual a teoria jurídica da soberania se articula com a “arte de governar” e a preocupação com o controle dos súditos em determinado território dá lugar à preocupação de governar a população entendida em seu conjunto. (Foucault, 2003, 2009)

justificando o exercício da autoridade dentro dele, seria uma resposta ao problema da governança sem governo. O autor explica:

*(...)while similar suggestions about the constitutive function of the concept of global civil society have been made by Amoore and Langley (2004) and Drainville (1998, 2004), these scholars have not noticed the essential historical continuity between the different governmentalities of global civil society and domestic civil society. I shall therefore emphasize this historical continuity, by arguing that the transition from the domestic to the global sphere represents a wholesale transformation of the art of government — that of its eventual globalization. This implies that the art of government now for the first time hypothetically can be exercised on a planetary scale, and that questions of governance now can be formulated (and answered) as if the world were one polity lacking a common government. (...) the concept of global civil society can be used to justify the exercise of governmental authority within an emergent world polity to the extent that it provides a substitute for a truly transnational demos. (2006: 373,374)*

Seguindo este raciocínio, o potencial emancipatório oferecido é ilusório: de acordo com a lógica da governamentalidade, a crença na realidade social da “sociedade civil global” e na sua relativa autonomia com relação a governos e mercados é justamente uma condição necessária para o bom funcionamento dos mesmos. A construção da sociedade civil como uma esfera autônoma seria uma das maiores conquistas da arte de governo liberal (Bartelson, 2006:381). Se a sociedade civil global é mais bem entendida em correlação a uma governança global emergente e se as teorias que a explicam servem para justificar o exercício de autoridade no campo global, então seu papel de emancipação deve ser discutido<sup>18</sup>.

Até aqui o objetivo foi apresentar o debate sobre a ação política não-estatal inter/transnacional e/ou global em suas diversas expressões. Embora a idéia de “sociedade civil global” tenha permanecido como fio condutor, percebeu-se que o tema dos atores não-estatais além das fronteiras pode surgir sob outros rótulos, como considerados acima. A diversidade de compreensões reflete, na verdade, dimensões distintas do mesmo fenômeno: por um lado, a participação

---

<sup>18</sup> Segundo James Brassett, alguns casos empíricos demonstram como reivindicações geralmente vistas como contestatórias pressupõe na verdade a reprodução do sistema. O caso, por exemplo, da campanha pela taxação das transações financeiras (taxa Tobin) demonstra como a idéia de fundo da campanha, amplamente defendida por ativistas do movimento por justiça global, no fundo reafirma os próprios fundamentos que motivam inicialmente o ativismo. Isto porque uma taxa deste tipo só seria eficaz no contexto de liberalização ampla dos mercados financeiros, justamente uma das políticas do neoliberalismo (Brassett, 2009).

de atores não-estatais nas esferas mais institucionalizadas de concertação internacional (seja em mecanismos consultivos das grandes instituições internacionais, seja nas questões humanitárias ou de auxílio ao desenvolvimento); e, por outro lado, a articulação de atores não-estatais em movimentos contra-hegemônicos de âmbito continental ou mesmo mundial (cujo melhor exemplo seriam as sucessivas edições do Fórum Social Mundial).

Diante da diversidade de abordagens e da falta de consenso, escolheu-se apresentar este debate em torno de três eixos: a identificação dos atores envolvidos; a caracterização dos processos de articulação inter/transnacional e global; e o entendimento da natureza do espaço político criado por estes atores e processos. Ao longo desta discussão percebeu-se que a idéia de uma “sociedade civil global” levanta algumas questões pertinentes a um debate mais amplo sobre o tema da legitimidade e da rearticulação da cidadania e das fronteiras políticas do sistema internacional, que serão abordadas no próximo capítulo.

### **Problematizando o “global” e as fronteiras no campo das relações internacionais**

*Any analysis of modern politics that is concerned with only one side of this aporetic relationship must fail to understand the dynamics of modern politics, and will consequently either pose a dualistic choice between particularity and universality or tell us stories about the way we are already embarked on a journey from particularity to universality, or to cosmopolis, or to globalization, or to empire. Given the aporetic relation between state sovereignty and the demands of the states system that makes any claim to state sovereignty possible, such a journey is impossible.*

RBJ Walker, 2006:63

O objetivo deste capítulo é mostrar a relação do debate sobre a ação política não-estatal além das fronteiras com a discussão mais abstrata em torno da idéia de um campo global e da questão das fronteiras na área das relações internacionais. Em que medida estas articulações desafiam o modelo tradicional do sistema internacional? O tema está na base das questões constitutivas das relações internacionais como um campo específico de conhecimento, porque levada ao limite, a discussão sobre ação política transnacional ou sobre a constituição de qualquer perspectiva de sociedade civil além-fronteiras coloca em cheque a separação tradicional entre o doméstico e o internacional.

Uma primeira questão decorrente do debate anterior sobre a legitimidade dos atores não-estatais traz à tona o tema da cidadania e as discussões em curso sobre as possibilidades de reformulá-la. Embora a participação destes novos atores tenha potencial de pluralizar a política mundial, as hierarquias e desigualdades de acesso colocam em evidencia o tema da legitimidade. O princípio da igualdade jurídica se aplica aos Estados no plano internacional e

aos concidadãos no interior destes Estados, mas não há nada semelhante que se aplique aos atores não-estatais além das fronteiras. Parte do imaginário positivo associado à “sociedade civil global” reside na idéia de que a perda de autonomia em âmbito doméstico, causada pelos processos de “globalização”, poderia ser compensada com o ativismo transnacional e/ou global, ou seja, na idéia de reformular a mediação entre universalidade e particularidade fundada essencialmente na figura do Estado.

Desse modo, se os processos de “globalização” têm gerado impacto na arquitetura do Estado moderno, levando à perda de autonomia das comunidades políticas nacionais, cabe a discussão sobre direitos mais abrangentes de cidadania, expressos, por exemplo, na idéia de cidadania transnacional e/ou cosmopolita. Pelo menos, discutir os direitos de cidadania garantiria a extensão destes direitos a todos os indivíduos de determinada comunidade política, e não apenas às organizações da sociedade civil que, na melhor das hipóteses, criam um espaço de disputa e resistência transnacional, mas sem a garantia democrática mínima do sufrágio universal.

A segunda questão diz respeito à construção de identidades com base não apenas na nacionalidade, mas também em outros laços. Isto porque, de acordo com o que foi considerado no segundo capítulo, podemos identificar dois tipos de ação não-estatal além das fronteiras: boa parte delas permanece ligada ao nacional e o movimento de transposição na verdade está relacionado a utilização de estruturas de oportunidades políticas internacionais, como descrito anteriormente. Mas um segundo grupo de ações políticas transnacionais exibe um caráter de contestação das fronteiras estabelecidas (seja pela rearticulação com base em outros laços, como na etnicidade no caso do movimento indígena transnacional, seja por ideais mais universais, como o meio ambiente e os direitos humanos, em busca de direitos de cidadania mais abrangentes).

A terceira questão decorre das anteriores à medida que ambas suscitam explicitamente uma discussão sobre o tema das fronteiras, que paradoxalmente é pouco considerado pela maioria das análises. Naturalmente



esta não é uma questão importante nas perspectivas que mantêm o foco no nacional e no papel inalterado do Estado. Mas esta questão também é pouco problematizada mesmo nas abordagens que tratam da constituição de um campo global - independente do julgamento sobre sua natureza emancipatória ou opressora. Em casos limite, o argumento mostra-se tautológico: o processo de transposição de fronteiras por parte dos novos atores e a emergência de uma “sociedade civil global” seriam possíveis graças às revoluções nas telecomunicações, transportes e aos processos de globalização, que estariam enfraquecendo as fronteiras nacionais.

Embora estes argumentos sejam freqüentes nas abordagens liberais cosmopolitas, algumas perspectivas mais críticas operam numa lógica semelhante, ao afirmar que a “sociedade civil global” é um elemento vital de um regime de governamentalidade global, ignorando da mesma maneira a questão das fronteiras. Neste sentido apenas invertem o sinal, positivo ou negativo, mas, ao tratar da idéia de uma “sociedade civil global”, poucos consideram a relação complexa entre território, nacionalidade, cidadania e soberania cristalizada no Estado-nação moderno (Walker, 1993; 2006; 2009).

Discutir estas questões em profundidade seguramente envolve diversos campos do conhecimento. Contudo, a abordagem neste trabalho não pretende - nem poderia - ser exaustiva, mas deve ater-se ao ponto no qual há convergência dos temas em questão no campo das relações internacionais. Identificar o cruzamento destas questões contribui com uma perspectiva mais integrada e menos fragmentada e mostra ainda como o debate em torno da “sociedade civil global” reflete uma discussão teórica mais ampla em nossa área de estudo.

O objetivo deste capítulo, portanto, é mostrar como o tema de “sociedade civil global” não pode ser compreendido de forma isolada destes processos e, deste modo, apresentar o debate recente no campo das relações internacionais sobre cidadania e fronteiras. Para isso, recorre-se em primeiro lugar a uma breve consideração das contribuições teóricas do início da chamada “virada

crítica” nos anos 1980 e, em seguida, apresenta-se o debate sobre cidadania e fronteiras, sob a óptica de compreensões teóricas distintas.

Embora a literatura sobre o transnacionalismo da década de 70 já tenha proposto um novo entendimento do que seria a política mundial, com a inclusão de atores não estatais, podemos afirmar que a discussão sobre a transposição/rearticulação de fronteiras e a própria problematização do tema da soberania emergem de modo mais sustentado a partir dos anos 1980 com a chamada virada crítica<sup>19</sup>. Em comum, reside o questionamento das explicações com base nos níveis de análise, proposto por Walz<sup>20</sup>.

Destacam-se no debate crítico com o racionalismo a abordagem de Robert Cox a partir do materialismo histórico e as contribuições construtivistas. Cox traz a noção de *estruturas de ação* ou de *estruturas históricas*, entendidas como configurações particulares, nas quais três categorias de forças interagem de modo recíproco: capacidades materiais, idéias e instituições. Neste quadro, idéias podem ser entendidas como significados intersubjetivos (ou noções compartilhadas da natureza das relações sociais, que tendem a perpetuar hábitos e expectativas de comportamento), como a idéia de soberania do Estado, por exemplo. (Cox, 1981).

O método das estruturas históricas é aplicado por Cox a três níveis, ou esferas de atividade: organização da produção, mais exatamente as forças sociais engendradas por estes processos de produção; formas de estado derivadas de do complexo estado/sociedade civil; e ordens mundiais. Os três níveis se

---

<sup>19</sup> Consideramos a definição de teoria crítica proposta por Cox (1981), na qual - em contraposição às teorias de solução de problemas (que busca solucionar problemas específicos e para isso toma as instituições e relações de poder como fatos dados) -, investiga seu objeto de estudo, considerando-o dentro de complexos sócio-políticos em sua totalidade. Metodologicamente, ambas partem de um aspecto particular da esfera de atividade humana, mas enquanto a teoria de solução de problemas vai subdividir e separar para explicar, a teoria crítica faz justamente o movimento oposto, buscando entender o objeto em seu conjunto. Nesse sentido, destaca-se o papel da dimensão histórica. De acordo com este entendimento, cumpre destacar ainda que o que se compreende por teoria crítica pode incluir inspirações teóricas diversas. Neste sentido, as abordagens materialista-histórica, construtivista, pós-estruturalista, feminista, pós-colonial são entendidas como teorias críticas.

<sup>20</sup> O realismo estrutural de Kenneth Walz (1979) distingue três níveis de análise (o homem, o Estado e o sistema internacional) De acordo com o entendimento de que todos os Estados são condicionados pela auto-ajuda, não haveria diferenciação possível e todas as explicações para o comportamento dos Estados deveriam ser buscadas no nível do sistema internacional, caracterizado pela anarquia.

interrelacionam: mudanças no processo de produção podem gerar novas forças sociais, que por sua vez levam a mudanças na estrutura do Estado. Mudanças generalizadas nas estruturas de Estados alteram a problemática da ordem mundial. Mas, ao contrário do esquema dos níveis de análise do neorealismo, esta relação não é tão vertical:

*(...) Transnational social forces have influenced states through the world structure, as evidence by the effect of expansive nineteenth-century capitalism, les bourgeois conquérants, upon the development of state structures in both core and periphery (Cox, 1981:101) (...) Social forces are not to be thought of as existing exclusively within states. Particular social forces may overflow state boundaries, and world structures can be described in terms of social forces just as they can be described as configurations of state power. The world can be represented as a pattern of interacting social forces in which states play an intermediated though autonomous role between the global structure of social forces and local configurations of social forces within particular countries. (Cox, 1981:105)*

A internacionalização da produção – ou seja, a integração dos processos de produção em escala transnacional, com diferentes fases de um único processo sendo feito em países diferentes - tem tornado pertinente pensar em estruturas de classes globais, ao lado ou sobrepostas às estruturas de classe de base nacional (Cox, 1981:109). Contudo, os processos de internacionalização têm questionado o próprio conceito de proletariado, em torno do qual se construiria as possibilidades de contra-hegemonia, dividindo-o entre trabalhadores qualificados e integrados ao processo de internacionalização, trabalhadores precarizados e trabalhadores excluídos (Cox. 1981, 1999). Além disso, a construção de identidades passa a incorporar novos elementos além da tradicional oposição burguesia/proletariado, como etnia e gênero, por exemplo.

No quadro teórico oferecido por Cox na virada do milênio, a construção de movimentos contra-hegemônicos além-fronteiras seria uma possibilidade, embora ainda não pudesse ser vislumbrada no horizonte (Cox, 1999). Sua concretização dependeria da interação dialética entre forças sociais e estruturas históricas.

Partindo para as contribuições construtivistas, Alexander Wendt (1987; 1994) afirma que qualquer instituição<sup>21</sup>, como a auto-ajuda ou a soberania, por exemplo, não está dada previamente, mas depende do processo de interação entre as partes e a estrutura. Processo que atua na formação da intersubjetividade, de significados coletivos.

A prática é o elemento central da resolução do problema agente-estrutura. Seguindo este raciocínio, a soberania, por exemplo, não se firmou por meio de assinaturas de tratados, mas essencialmente pela prática. Práticas regulares produzem mutuamente identidades soberanas (agentes) e suas *normas institucionais associadas* (estrutura) (Wendt, 1994: 85,86).

Normas são capazes de constranger comportamentos porque estão incrustadas em estruturas sociais. Mas não podem ser dissociadas das práticas, ao contrário, são mutuamente constituídas. As autoras Keck e Sikkink adicionam os atores não-estatais à equação. O que distingue os ativistas é a autoconsciência de sua normatividade, na medida em que agem buscando ampliar o poder das normas e o escopo das práticas geradas por estas normas. As redes desafiam as noções tradicionais de soberania, ao exercerem pressão sobre o comportamento dos Estados (idéia de “efeito bumerangue” descrito no capítulo 2). (Keck e Sikkink, 1998:35, 36)

*If sovereignty is a shared set of understandings and expectations about state authority that is reinforced by practices, then changes in these practices and understandings should in turn transform sovereignty. (...) When a state recognizes the legitimacy of international interventions and changes its domestic behavior in response to international pressure, it reconstitutes the relationship between the state, its citizens and international actors. This pattern, by which network practices instantiate new norms, is a common one among the transnational advocacy networks. (Keck e Sikkink, 1998:37)*

Contudo, frente aos problemas de legitimidade encontrados na idéia de “sociedade civil global” e diante de pressões em curso sobre as fronteiras

---

<sup>21</sup> O termo instituição é utilizado por Wendt para definir um arranjo relativamente estável de identidades e interesses. É uma entidade cognitiva e, como conhecimento coletivo, experimenta uma existência acima dos indivíduos que lhe deram forma. É como um fato social coercitivo, mas ainda assim é função do conhecimento coletivo dos atores. (Wendt, 1994:80)

territoriais e jurídicas - que em convergência situam os limites da vida política dentro do Estado moderno (Linklater, 2007; Walker, 1993, 2006) -, coloca-se uma preocupação mais ampla sobre o tema da cidadania. Embora não se trate de defender a contínua dissolução das fronteiras em processos globais - afinal, o Estado continua cotidianamente reproduzindo suas fronteiras, por meio de controles diversos, dos quais o exemplo mais significativo talvez seja o controle migratório – acredita-se que existam movimentos lentos em curso rumo a algum tipo de rearticulação, ainda que sem resultados garantidos.

### 3.1. Cidadania no sistema internacional moderno e os impactos causados pelos processos de globalização

A configuração do Estado e do sistema de Estados adquiriu sua forma atual a partir das revoluções liberais do final do século XVIII na Europa. Sua base está na soberania da nação, como uma construção histórica (e, portanto, específica no tempo) de mediação entre o particular e o universal (específica no espaço). De acordo com sua própria lógica de constituição, toda e qualquer possibilidade de participação política democrática se dá dentro do Estado, com base na igualdade jurídica entre todos os cidadãos (em contraposição ao ambiente internacional anárquico).

Segundo Linklater, a soberania emergiu nas ruínas de um projeto mais inclusivo de civilização, unida pelo poder normativo e religioso da cristandade (Linklater, 1998:23). A ascensão do Estado moderno significou uma revolução nas lealdades políticas, ocasião em que um círculo interno se expandiu (do feudo para o Estado) e um círculo externo se retraiu (da Igreja para o Estado) (Linklater, 2007:90). Apesar disto, segundo o autor, poucos Estados tentaram eliminar por completo uma ética universalista. Mais além, comprometimentos

com uma ética universalista são parte constituinte do Estado moderno (1998:23)<sup>22</sup>.

O Estado moderno, como forma de organização da vida política, superou seus concorrentes por oferecer um equilíbrio entre capacidade de coerção e encorajamento ao desenvolvimento capitalista (Tilly *apud* Linklater, 1998:28). Este modo exitoso de organização política criou cinco monopólios sobre seu território: monopólio legítimo da violência; da taxaço; da lealdade política; jurídico; e de representação internacional. Contudo, faltava ainda capacidade de controle social mais rigoroso e de projeção de poder na sociedade, que vieram com a homogeneização da sociedade e com a consolidação das fronteiras, fortalecidas com a construção da idéia de nação, a partir do século XVIII (Linklater, 1998: 28)

Neste cenário, várias ambigüidades cercaram a evolução da cidadania no domínio nacional e tiveram conseqüências importantes na arena internacional. Segundo Carr (*apud* Linklater, 2007), com as lutas internas pela ampliação da cidadania, na entrada do século XX, as culturas nacionais se tornaram mais inclusivas com a introdução de direitos de bem estar (*welfare rights*). Todavia, em contrapartida, a exclusividade nacional na política externa e controles mais rigorosos sobre a admissão de refugiados se intensificaram (culminando na Primeira Grande Guerra em 1914).

R.B.J. Walker destaca a dimensão temporal à constituição do sistema internacional moderno, considerando as fronteiras modernas como um processo de dupla exclusão. De modo resumido, a reivindicação ao Estado-nação parte da equação da reivindicação à cultura como a reivindicação à nação e, em seguida, pela equação da reivindicação à nação como reivindicação à soberania do Estado<sup>23</sup>. A articulação entre os elementos

---

<sup>22</sup> O próprio título da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, talvez seja o melhor e mais sucinto exemplo desta mediação entre o universal (a humanidade aqui como direitos do homem) e o particular (os cidadão da nação) (Douzinas, 2007)

<sup>23</sup> Mas este seria apenas um ponto de partida, a reivindicação de uma comunidade política poderia se dar com base em histórias, etnicidades, tradições e modos de vida, por exemplo. A cultura poderia ainda ser entendida como um processo, sempre em construção, não forma pura materializada em determinado tempo e espaço (Walker, 2006).

cultura-nação-Estado tornou-se a posição oficial; sua forma pode variar, mas o importante é que funcione como um mecanismo eficiente de construção de uma comunidade política fechada. (Walker, 1993, 2006)

Esta posição oficial expressa uma relação espaço-temporal específica dentro da qual é possível imaginar a mediação de todas as relações de universalidade e particularidade (dentro de um arranjo horizontal, territorializado, de Estados-nação) e a relação entre modos de vida modernos e seus supostos “outros” (um arranjo temporal entre “etapas de desenvolvimento”), que, segundo o discurso oficial, ao longo de um processo “evolutivo” devem ser incorporados às estruturas da modernidade. (Walker, 1993, 2006).<sup>24</sup>

Walker afirma que as fronteiras da dupla exclusão ficam claras na construção teórica de Hobbes sobre o pacto social, que estabelece uma exclusão no tempo (entre estado civil *versus* estado de natureza, ou ainda entre “civilizados” e bárbaros) e, dentre aqueles que já alcançaram o estado civil, uma nova separação, desta vez espacial, entre nações, constituindo assim as fronteiras do Estado e as fronteiras do internacional moderno (1993, 2006).

A questão para o autor é que a fronteira não constitui apenas uma linha de demarcação tempo-espacial entre entes constituídos, mas o estabelecimento de fronteiras está relacionado à própria constituição do sujeito moderno, ela forma a visão que o sujeito tem de si e do mundo. Além disso, seria um erro pensar nas fronteiras como simples linhas que separam entidades já constituídas.

---

<sup>24</sup> Vale acrescentar a contribuição das abordagens pós-coloniais, que vem sendo desenvolvidas na América Latina. Lander nos lembra que é no *período moderno primevo/colonial que se dão os primeiros passos na “articulação das diferenças culturais em hierarquias cronológicas”* (Lander, 2005). Também em Quijano, segundo o qual de acordo com o etnocentrismo e a divisão racial da população mundial, inaugurada com os processos coloniais, *a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. (...)O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. (...) O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo –isso não é um privilégio dos europeus– mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder.* (Quijano, 2005)

*(...) no significant political analysis of boundaries is now possible without an appreciation of the ways in which boundaries have long been sites and moments in which a great deal happens to produce the forms of political life that are subsequently treated as distinct entities distinguished by lines that do nothing at all. (Walker, 2009:239)*

Embora não se trate de assumir o discurso em torno da idéia de que os processos de “globalização” têm levado à dissolução das fronteiras e à perda de soberania, há pressões (geradas por variados fatores, dentre os quais muitas vezes a “globalização” é apenas um deles, e não o principal) sobre a arquitetura bem desenhada da vida política dentro do Estado-nação moderno, que tornam pertinente repensar o tema da cidadania.

*(...) os impactos transformadores da globalização atingiram em profundidade a cidadania democrática na sua dupla natureza, como modo de legitimação e como meio de integração social, como status legal igualitário de direitos e deveres dos membros da comunidade política em face do poder político e, simultaneamente, como identidade coletiva baseada no pertencimento à comunidade nacional de origem e destino. (Gómez, 1998, 52)*

A reprodução do capitalismo em escala mundial, acompanhada de radical internacionalização da produção e integração dos mercados financeiros em âmbito global de fato impõem restrições e constrangimentos à autonomia dos Estados (Linklater, 2007). Por outro lado, a construção de identidades e lealdades políticas nacionais parece passar por processos de mudanças, que de diversas maneiras desafiam a nação, seja pela pressão das migrações em larga escala em alguns países, pela exacerbação do racismo, xenofobia e pelo enfraquecimento dos laços de solidariedade entre concidadãos (Habermas, 2001), ou ainda pela retomada de conflitos étnicos, muitas vezes esmagados há séculos com a construção/imposição do Estado nacional pelos processos coloniais.

De acordo com estas perspectivas, os processos de “globalização” estariam erodindo os atributos da soberania em vários sentidos:

*Globalization of relations of production and exchange undercut the state's traditional power to direct the national economy. The state's capacity to*



*regulate the political identities and loyalties of its citizens is weakened by the increase of global interconnectedness which raises awareness of the problems and predicaments of the human species as a whole. The role of the state in securing close cooperation between citizens is reduced as the latter turn to various sub-national and transnational actors to promote, amongst other things, measures to secure environmental protection, and look to local or ethnic communities to resist threats to their identity. Pressures on the doctrine of sovereign immunity arise in the context of the state's greater role as a quasi-firm involved in contractual relations with transnational economic enterprises. (Linklater, 1998:30, 31).*

Simultaneamente, processos de fragmentação também estariam desafiando a homogeneidade alcançada pelo Estado-nação. Segundo o autor, a diminuição na ocorrência de guerras nas áreas centrais - que sempre foi um instrumento importante para manter o poder centralizado dos Estados e diminuir as opções disponíveis para grupos minoritários - removeu um dos pilares da coesão nacional<sup>25</sup>. Paralelo aos processos de globalização, haveria tendências a fragmentação e crescente demanda por direitos de grupos específicos<sup>26</sup>, que por sua vez, procuram projeção global em busca de apoio a seus projetos de reconstrução das comunidades.

*As often as not, the revolt against the national assimilationist ideologies and practices favoured by the majority of nation-states possesses its own distinctive logic which arises out of the humiliation of prolonged cultural domination rather than the resentment of economic inequality. With its homogenizing tendencies, globalization fuels the politics of identity and community. As a result, where cultural and political boundaries do not converge (...) pressures have mounted to modify traditional conceptions of community and citizenship which are hostile to the creation of group-specific rights. (Linklater, 1998: 32)*

---

<sup>25</sup> Embora o autor só mencione o caso em países centrais, estabelecendo a relação entre coesão nacional e guerras entre nações, destaca-se também a questão, ainda com mais ênfase, em países periféricos, seja na América Latina ou na África, nos quais uma suposta “coesão” foi forjada pela dominação colonial. Embora a luta pela diversidade assuma muitas vezes um caráter violento, vale ressaltar experiências em curso na América Latina, nas quais, ainda que não livre de tensões, têm conseguido articular estas questões de forma democrática, como o caso da Bolívia.

<sup>26</sup> Sobre as tendências a fragmentação e direitos de grupos minoritários, ver mais em Kymlicka, Will. *Politics in the Vernacular: nationalism, multiculturalism and citizenship*, Oxford, 2001. O autor afirma que após décadas de negligência, a questão dos direitos das minorias passou a figurar na linha de frente da teoria política. Dentre os motivos, o mais óbvio seria a onda de nacionalismos no Leste Europeu, que irromperam com o colapso do comunismo. O otimismo liberal de que a democracia fosse facilmente florescer nesta região foi frustrado por questões étnicas e nacionalistas. Mas também outros fatores apontaram a relevância da etnicidade em democracias já estabelecidas, tais como as manifestações, muitas vezes fisicamente violentas, contra imigrantes e refugiados em muitos países desenvolvidos; o ressurgimento e a mobilização de povos indígenas, resultando na adoção da Declaração dos Direitos de Povos Indígenas pela ONU; e as pressões separatistas em diversas democracias ocidentais. Todos estes fatores, que ganharam proeminência nos anos 1990, mostram como as democracias ocidentais ainda não resolveram as tensões levantadas pela diversidade etno-cultural. (Kymlicka, 2001:17-18).

Destaca-se então os processos de formação de identidade:

*Pode-se dizer, então, que os processos de globalização desestabilizam (o que não quer dizer que suprimam, ou que às vezes não exacerbem) as identidades coletivas essencialistas baseadas em concepções territoriais do “nós” e dos “outros”, ao mesmo tempo que desencadeiam uma dinâmica de diferenciação em torno e para além do princípio de nacionalidade (...), contribuindo assim para a constituição e expansão de um espaço político global, multidimensional, contraditório e descentrado. (Gómez, 1998: 54)*

Com relação aos processos históricos de reformulação de lealdades políticas em torno do Estado moderno, Linklater defende que a partir do final do século XX, a revolta subnacional, a internacionalização dos processos de decisão e as lealdades transnacionais emergentes sugerem que este processo esteja se revertendo. Nesse sentido, tornou-se central questionar a relação clássica entre cidadania, soberania, territorialidade e nacionalidade. (Linklater, 2007:90). Neste contexto, a emergência de uma “sociedade civil além-fronteiras” desempenharia um papel importante:

*The emergence of a transnational civil society created the conditions in which individuals could unlearn their perceptions of estrangement from other peoples and learn how to associate with them in more human arrangements. (Linklater, 1998:4)*

Sem resultados definidos a priori, uma afirmação mais segura é que os processos de globalização e fragmentação continuarão erodindo os poderes monopolísticos do Estado e pressionando pela transferência de responsabilidades a outras autoridades políticas. Embora tenham efeitos nocivos, como o aumento das desigualdades, também ofereceriam oportunidades para a reconstrução das comunidades políticas, ampliando as fronteiras das comunidades dialógicas. (Linklater, 1998:5)

### 3.2. O repensar das fronteiras

Repensar a cidadania neste contexto é crucial. Para Linklater, a ética do discurso ou a abordagem discursiva da moralidade contesta os laços sociais

entre cidadãos que perpetuam o Estado soberano, entendido como forma de um “fechamento duplo”, gerando exclusão tanto dentro, como fora de suas fronteiras. Esta perspectiva imagina novas possibilidades dialógicas, que requerem que o Estado disperse seus poderes em duas direções: acima, na busca por mais universalidade e, abaixo, em resposta à reivindicação por reconhecimento público das diferenças culturais internas. (1998; 2007)

Segundo Linklater, os possíveis efeitos indesejáveis deste processo de reconfiguração da cidadania (como aqueles apontados por Carr no início do século XX) poderiam ser corrigidos com o desenvolvimento de novas visões de cidadania global e com o estabelecimento de novos direitos de cidadania em comunidades políticas pós-soberanas. Transcender a divisão westphaliana entre o interno e o externo em novas formas de comunidade política - que permitiriam maiores níveis de universalidade ética e respeito às diferenças - seria a chave para alcançar a democracia cosmopolita.

Estas novas visões de cidadania romperiam com o conceito unitário de soberania estatal, na medida em que múltiplas autoridades e lealdades políticas poderiam coexistir (Linklater, 2007:104, 105). Em comparação com a doutrina clássica de soberania (Bodin *apud* Linklater, 1998; 2007), cidadãos no Estado pós-westphaliano poderiam estar sob a jurisdição de várias autoridades políticas, poderiam ter múltiplas identidades e poderiam ser unidos por laços que não os tornassem indiferentes e/ou inimigos do resto da humanidade. Mas a solução universalista ao projeto totalizante do Estado não estaria completa sem o reconhecimento público das diferenças. Simultaneamente, o Estado tem sido muito universalista - homogeneizando as diferenças culturais internas -, e muito particularista, ao separar o cidadão do resto da humanidade (Linklater, 1998: 26,27). As críticas vêm destas duas direções, frequentemente expressas na oposição entre cosmopolitismo/comunitarismo, universalismo/relativismo.

A questão permanece: como conciliar universalidade e diferença? Como defender uma universalidade que não anule as particularidades? Como defender as particularidades sem cair/encorajar o particularismo extremo?

Para Linklater, o ideal cosmopolita baseado no avanço da razão é uma das grandes conquistas da modernidade. Neste sentido, o problema não seria propriamente uma ética universalista, mas determinadas concepções de moralidade universal que são hostis às diferenças (1998:26). As contribuições de inspiração comunitarista, pós-colonial e multiculturalista em geral criticam a primazia ontológica do indivíduo liberal e negam que uma ética universal possa ser estabelecida<sup>27</sup>. Em resposta a estas críticas, Linklater defende uma substituição de concepções universais sobre o que é *bom* por uma ética procedimental. Segundo o projeto normativo dialógico, o ideal de uma comunidade comunicativa universal deve estar no centro do projeto inacabado da modernidade. O resultado destes encontros e diálogos não é garantido previamente e não há garantia de consenso. A promessa é que o consenso não será alcançado pelo esmagamento de vozes marginalizadas e dissidentes (Linklater, 1998:41).

O autor argumenta que não é o universalismo enquanto tal que está em questão nos debates sobre ética e diferença, mas uma forma específica que supõe que a razão humana pode descobrir um ponto moral de equilíbrio que transcenda as distorções e limitações de tempo e lugar. Não há ponto de equilíbrio moral possível e a resposta é o diálogo, sem resultados garantidos *a priori*, mas guiados pelo melhor argumento (Linklater, 1998). O que deve ser aceito é que as diferenças culturais não são barreira para o direito igual de participação em comunidades dialógicas. Nenhuma diferença entre seres humanos pode legitimar sua exclusão da interação dialógica. (Linklater, 1998:87). Neste sentido, as visões comunitárias e cosmopolitas não são contraditórias, mas se complementam:

---

<sup>27</sup> Para Costas Douzinas, por exemplo, a idéia de humanidade é um conceito vazio; segundo o autor sua característica é ser um não-conceito. O preenchimento deste vazio envolve sempre uma moralidade particular – considere-se como a idéia de humanidade adquiriu significados distintos ao longo da história: o cristão e o infiel, ou o colonizador e o colonizado. As Declarações de Direitos do século XVIII seriam o melhor exemplo desta divisão inconciliável, que ao reivindicar a igualdade e a universalidade, afirmam o particular e consolidam a soberania. Os direitos são declarados em nome do “homem universal”, mas seu real beneficiário é o cidadão do Estado-nação emergente. Nesse sentido, o autor nega qualquer possibilidade de uma transcendência rumo a uma comunidade ou cidadania global.. (Douzinas, 2007) Segundo perspectiva semelhante, Vivienne Jabri afirma que quando o liberalismo assume a humanidade como sua esfera de atuação passa a ser formatado em termos de cosmopolitismo, transcendendo a divisão nacional/internacional, procurando articular um projeto político e moral de solidariedade com aspirações globais. Contudo, o que parece um projeto de emancipação entre a massa da humanidade sujeita à pobreza, violência e outras práticas injustas, pode ser visto como cúmplice destas mesmas práticas, pois o liberalismo só foi possível por meio da expropriação que definiu a expansão colonial. (Jabri, 2007)

*Far from being antithetical, communitarism and cosmopolitanism provide complementary insights into the possibility of new forms of community and citizenship in the post-Westphalian era. They reveal that more complex associations of universality and difference can be developed by breaking the nexus between sovereignty, territoriality, nationality and citizenship and by promoting wider communities of discourse. (Linklater, 1998:60)*

A principal questão que emerge é como, ou por meio de quais processos as comunidades políticas se tornariam comunidades morais ampliadas, capazes de entrarem em comunidades de diálogo, cuja dinâmica seria guiada pela força do melhor argumento? Neste ponto fica evidente o papel do contexto europeu para a formulação de sua teoria. Toda a construção do autor sobre este tema parte de pressupostos teóricos sobre a ética do discurso habermasiano e a idéia de aprendizado moral. A história de lutas pela ampliação da cidadania em contextos nacionais forneceria o acúmulo de aprendizado moral capaz engendrar comunidades dialógicas e morais mais amplas.

*For Habermas, human history revolves around interaction as well as labour. In the former domain, human beings determine the principles which make social order possible; in this sphere, they are involved in a process of moral-practical learning which differs from the realm of technical-instrumental learning... (Linklater, 1998:91)*

A ética do discurso seria o produto de processos complexos de aprendizado moral, segundo a qual normas não podem ser válidas a menos que tenham o consentimento de todos aqueles cujos interesses sejam afetados por ela. O que guia os participantes é um comprometimento com a força do melhor argumento. Acima de tudo, é uma ética procedimental. (Linklater, 1998:91, 92)

*The idea of moral progress retains its meaning, but it is neither associated with the conviction that ultimate moral truths reside in any one culture nor linked with the Archimedian suppositions that immutable universal moral principles are built into some conceptions of human rationality which transcends history. What moral progress refers to is the widening of the circle of those who have rights to participate in dialogue and the commitment that norms cannot be regarded as universally valid unless they have, or could command, the consent of all those who stand to be affected by them. Moral progress involves a movement beyond provincial forms of life to a thin universality in which discourse is the means which the radically different employ in their efforts to explore the possibility of an agreement about the principles of coexistence. (Linklater, 1998:96)*

A formação de comunidades mais amplas de diálogo e a crítica à exclusão dentro dos Estados soberanos têm influenciado na geração de três estruturas mais amplas de ação política, buscando assegurar que sua separação do resto do mundo não signifique um particularismo excessivo. Todas ampliariam as fronteiras das comunidades políticas à luz de comprometer-se mais universais, mas cada uma alteraria a balança entre particular e universal de formas distintas. Uma sociedade internacional *pluralista* repousaria no equilíbrio entre a soberania do Estado e princípios universais de ordem e coexistência pacífica. Uma sociedade internacional *solidarista* endossaria a soberania dos Estados, mas buscaria equilibrá-la com compromissos e princípios morais universais, como os direitos humanos. Por fim, uma sociedade *pos-westphaliana* promoveria maior universalidade e diversidade, buscando o equilíbrio entre demandas pelo reconhecimento de diversidades com o ideal da cidadania transnacional (1998: 176). A principal diferença desta terceira estrutura de ação política com relação às duas anteriores residiria na questão da soberania.

O argumento para a cidadania transnacional traça um paralelo com o desenvolvimento da cidadania em contextos domésticos, que ocorreu em três fases: num primeiro estágio desafiou-se a relevância moral e política das diferenças entre classes, gênero, etnia que justificavam até então a desigualdade de direitos civis. Num segundo momento, desenvolveu-se o tema dos direitos econômicos e sociais e, por fim, a terceira fase testemunhou o reconhecimento dos direitos das minorias e seu esmagamento histórico pelos grupos culturais dominantes. Segundo o autor, esta terceira fase teria um potencial importante para a ampliação das fronteiras políticas e morais das comunidades, na medida em que causa transformações no próprio laço social. Nesse sentido, o laço social não repousaria mais numa concepção totalizante de comunidades. (1998:188)

Segundo o autor, o acúmulo de forças e o aprendizado moral causados por este processo ocorrido no interior dos Estados forneceriam os instrumentos necessários para que a luta pela ampliação dos direitos de cidadania ocorresse agora em âmbito transnacional.

*Attaching too much moral significance to the differences between citizens and aliens smacks of earlier practices of imputing more moral significance than is justified to the differences of class, gender, ethnicity or race. For these reasons, efforts to ensure that citizenship remains inextricably linked with sovereignty, territoriality and nationality lack normative justification. (1998: 192)*

Se a cidadania deve ser entendida como uma série de círculos que se expandem por meio das lutas e dos conflitos, o próximo passo seria expandi-la para cima, em direção ao mundo, mas também abaixo, em direção ao local (1998:193). Estruturas de autoridade em múltiplas camadas não eclipsariam o Estado inteiramente, mas seu lugar seria bastante diminuído.

*One of the tasks of the post-Westphalian state is to harmonise the diversity of ethical spheres including sub-national or sub-state, national and wider regional and global affiliations, and to do so by creating forms of citizenship which pass beyond sovereignty to institutionalize advances in universality and diversity (198,199)*

Do ponto de vista empírico, a União Européia forneceria um exemplo de comunidade pós-westphaliana, com ampliação dos direitos de cidadania:

*Europe gave birth to the modern state which was exported subsequently to the rest of the world. (...) Given the trend towards regionalism in many parts of the world, Europe may well become a model of post-Westphalian political organization which is emulated by regions elsewhere (1998: 204)*

Não obstante, as conquistas da cidadania transnacional seriam estritamente regionais ou continentais, e sempre haveria a possibilidade de que a nova comunidade política se fechasse em si mesma (como de fato tem ocorrido no processo europeu). Neste sentido:

*The idea of cosmopolitan citizenship is crucial because it argues that member states and non-state actors within post-Westphalian structures have additional obligations to ensure just treatment for the rest of humanity. (...) Cosmopolitan citizenship requires international joint action to ameliorate the condition of the most vulnerable groups in world society and to ensure that they can defend their legitimate interests by participating in effective universal communicative frameworks (1998:206,207)*

As relações entre comunidades políticas pos-westphalianas envolveriam a inclusão de atores não-estatais e modificações nos princípios de sociedade internacional exclusivamente baseada em Estados soberanos e a:

*Modifying the principles of international society which have reserved full membership for sovereign states is an important mean of creating a universal communicative framework which is responsive to diverse societal preferences and interests. A post-Westphalian political order which is not closed on itself can widen the boundaries of dialogue by recognizing that a variety of non-state actors, including non-governmental associations, social movements and national minorities, can enjoy membership of an international society which is not just a society of states but a society of peoples and individuals. (1998:209).*

Diversos pontos de controvérsia emergem do projeto normativo apresentado por Linklater. Destacam-se particularmente três questões a serem abordadas a seguir: a problematização da ética do melhor argumento e sua defesa incondicional do potencial da razão – desconsiderando as relações de poder -; o eurocentrismo evidente; e a problematização (mais controversa) da tentativa de mediação entre universalidade e particularidade dentro das estruturas da modernidade.

A idéia de uma moralidade universal – ainda que procedimental, como explica Linklater - baseada no diálogo ético e na idéia do melhor argumento é problematizada por Hopgood (2009). O princípio do melhor argumento não seria suficiente para mobilizar pessoas por questões e interesses não compartilhados. Como se explica a ação coletiva popular em nível “global”? Neste ponto opera o *poder* da razão discursiva: convencer que pessoas se mobilizem em nome da humanidade. Mas a questão permanece: por que, na ausência de uma razão instrumental óbvia, pessoas mudam seu comportamento e suas crenças?

As respostas são menos o que dizemos e mais quem somos, ou ainda o que representamos. A persuasão envolve uma premissa de autoridade. A modernidade luta contra esta necessidade. A lógica da razão, a força do melhor argumento não deveria depender de quem fala. Contudo, o poder de dar obrigações a outros depende não apenas da lógica da razão, mas envolve



símbolos, rituais e narrativas (Hopgood, 2009). Nas sociedades nacionais este dilema se resolve ancorado num “mundo da vida” pré-existente à modernidade. No entanto, na idéia de sociedade civil global, inexistente um “mundo da vida” compartilhado:

*In the absence of its own conditions of possibility, as it were, this entails the 'surrender of private judgement' to a trusted authority whose commands about what should be done substitute for the absent transnational lifeworld and contribute to its realization. (Hopgood, 2009: 231)*

Segundo o autor, a capacidade de uma visão objetiva, “imparcial”, é a marca da justificação normativa do liberalismo. Sociologicamente é a marca dos clamores de *expertise* de toda uma classe de trabalhadores transnacionais (advogados, jornalistas, executivos, profissionais “humanitários”, etc). A autoridade na modernidade está ligada ao não-pertencimento (outro que não à última abstração, ou seja, a própria humanidade). A autoridade moral universal no escopo não deve fazer referência a nenhum fundamento sociológico que possa identificá-la com uma visão particular. Mas para se ter autoridade é necessário que sua contraparte seja “enraizada”, ou seja, a autoridade está na distinção. Desse modo, teríamos um paradoxo: o sucesso do projeto cosmopolita dependeria da erosão da distinção de estrangeiro, mas sem a distinção, a autoridade se esvairia, e sem a autoridade não haveria persuasão para mobilização em nome do interesse da “humanidade” (Hopgood, 2009).

O eurocentrismo, por sua vez, fica evidente na medida em que a experiência de integração europeia é não apenas um exemplo de comunidade política pós-soberana defendida por Linklater, mas é o referencial empírico para sua construção teórica. Sem ignorar o grande avanço que significa o processo de integração europeu, num continente marcado por séculos de guerras e rivalidades, deduzir desta experiência uma ética dialógica baseada no aprendizado moral, capaz de guiar outros processos ao redor do mundo negligencia a base material (não só a base de idéias) da correlação de forças sociais, como nos lembraria Cox (1981). Outro aspecto mais sutil e, talvez por isso mesmo, mais arraigado do eurocentrismo nos remete à terceira problematização, ou seja, ao debate sobre a mediação entre universalidade/particularidade dentro do projeto da modernidade.

Em que medida a rearticulação/dispersão da soberania/cidadania nesta estrutura vertical do sub ao supranacional pode resolver a equação universalidade/particularidade?

Para Walker, a resposta dada por Linklater não resolve o problema, na medida em que apenas rearticula questões relativas às fronteiras e à mediação entre particular e universal dentro da mesma lógica da modernidade, ou nas palavras de Linklater, do “projeto inacabado da modernidade”. Walker critica esta suposta característica teleológica da história e as fronteiras (territoriais, subjetivas, epistemológicas) impostas pela modernidade às formas de se conhecer e apreender o mundo<sup>28</sup>. Neste sentido, o problema da mediação entre particular/universal e a equação soberania-território-nacionalidade-cidadania (e o autor acrescentaria ainda democracia, subjetividade, liberdade) não teriam respostas adequadas dentro das mesmas estruturas de pensamento. A dispersão da autoridade política acima e abaixo da figura do Estado apenas rearticulava a equação, mas não seria capaz de alterar a lógica de separação entre o particular e o universal, entre nós e os outros. Isso porque esta relação dialética de alteridade é constitutiva da subjetividade moderna.

Nas palavras do autor:

*The meaning that might be given to concepts such as liberty, equality, security, citizenship, subjective, society, community, democracy, universality*

---

<sup>28</sup> Também neste ponto a literatura pós-colonial fornece amplo material sobre o tema. Lander, por exemplo, afirma que a busca de alternativas ao caráter excludente da configuração política mundial exige problematizar e desnaturalizar a pretensa objetividade das formas hegemônicas de conhecimento, *ou o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais (...) duas dimensões constitutivas dos saberes modernos contribuem para explicar sua eficácia neutralizadora: as separações do mundo “real” (...) e a forma como se articulam os saberes modernos com a organização do poder, especialmente as relações coloniais/imperiais de poder constitutivas do mundo moderno*. Com a experiência colonial, tem-se o início de um movimento que pela primeira vez organiza a totalidade do planeta numa grande narrativa universal. (...) *Ao construir-se a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história européia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente. (...) A “superioridade evidente” desse modelo de organização social – e de seus países, cultura, história e raça – fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela “superação” histórica das formas anteriores de organização social, uma vez que se logrou impor na Europa a plena hegemonia da organização liberal da vida sobre as múltiplas formas de resistência com as quais se enfrentou (...)* É este o contexto histórico-cultural do imaginário que impregna o ambiente intelectual no qual se dá a constituição das disciplinas das ciências sociais. Esta é a visão de mundo que fornece os pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos sociais modernos. (Lander, 2005)

*and particularity, as well as the relations between them, might all be up for contestation and renegotiation. (...) There is, nevertheless, little point hoping that any of these terms can be rethought by requalifying them as somehow global or cosmopolitan in the sense prescribed by a revival of principles of hierarchical subordination. In any case, the desire for hierarchical subordination that pervades so much of the contemporary literature on contemporary political transformation betrays much the same fear of temporality and desire for spatialized order as is already expressed in the modern state and system of states. (Walker, 2009:254)*

Desse modo, a questão das fronteiras não se resume a “apenas” um problema jurídico: a transformação ou alteração das fronteiras tais como a conhecemos hoje, envolveria a necessidade de formas não imaginadas de construção de subjetividades e de formas de se conhecer e apreender o mundo.

O autor Gideon Baker partilha da crítica à necessidade deste entendimento dialético entre particularidade e universalidade. Neste sentido, o autor considera que a “solução” pretendida pela emergência de uma “sociedade civil global” rumo a uma comunidade política cosmopolita na verdade segue a mesma lógica de uma sociedade pluralista de Estados. Esta reformulação fornecida pela “sociedade civil global” é vista por muitos cosmopolitas como um modo de fazer justiça à universalidade e à particularidade na política mundial. Seria considerada a um só tempo mais universal que a sociedade de Estados e mais particularista; mais universal no sentido de substituir formas nacionais e territorializadas de pertencimento por identidades desterritorializadas e transnacionais; e mais particularista no sentido de substituir a estrutura universal de diferenças característica da soberania do Estado por uma expressão genuinamente mais pluralista da diversidade global. (Baker, 2009)

Baker rebate esta visão, afirmando que o conceito de “sociedade civil global” reproduz o mesmo problema fundamental da soberania do Estado – a saber: é mais eficiente ao articular uma identidade global do que as diferenças porque reproduz (apenas de outra forma) a tentativa estatista de descrever uma estrutura universal de particularidade. O que partilham é uma abordagem dialética que não ajuda a encontrar um lugar adequado tanto para a identidade quanto para a diferença. (Baker, 2009:108)

*And indeed, most consumers of the concept of global civil society find the idea seductive precisely because they see in it a successful resolution of universality and particularity. Intimations of global civil society have become by far the most significant attempt to flesh out Linklater's call for a form of universalism that has found a proper place for difference. (Baker, 2009: 113)*

O fracasso das tentativas modernas de reconciliar o universal e o particular por meio de abordagens estadocêntricas de comunidades políticas é um dos únicos pontos de acordo entre liberais cosmopolitas e seus críticos pós-estruturalistas. Muitos pós-estruturalistas são simpáticos à reivindicação de Linklater de que a tarefa da teoria social crítica é apoiar o ideal normativo de formas de comunidades políticas mais amplas e inclusivas, que tornem possível novas articulações de universalidade e particularidade.

Como Walker argumenta, a tentativa de reconciliar o universal e o particular é uma das tarefas centrais do Estado moderno – especialmente a tentativa de combinar uma noção universal de humanidade como uma noção particular de comunidade política. A soberania do Estado oferece uma solução espacial à relação entre universalidade e particularidade, afirmando que o bem viver, guiado por princípios universais, só pode ocorrer dentro de comunidades políticas particulares.

*The significance of the idea of global civil society in the terms of identity and difference, then, is that it repeats the dialectical approach of the statist framing of this dichotomy by suggesting that universal and particular are amenable to resolution in the first place. (...)The paradoxical dependence of claims to universality that arise from within states on the basis of particularistic groups of citizens is reflected in the claim to ethical universality that arises from within particularistic forms of transnational action. Global civil society, in short, is no more the universal structure of particularity than the state once claimed to be. (Baker, 2009: 115)*

Na verdade, a insistência em encontrar alguma forma de mediação dialética entre universalidade e particularidade não deveria surpreender, já que nossa compreensão de universalidade e particularidade tem uma história. Nossas próprias noções de identidade global e diferença são produzidas pela - e não independentes da - política internacional (Baker, 2009:115)

Walker aprofunda a questão: a formatação da vida política moderna dentro de limites reguladores afirma o estabelecimento anterior de três linhas que distinguem o homem da natureza, a imanência da transcendência e o moderno do pré-moderno. Estas distinções permanecem no coração das controvérsias políticas contemporâneas. Pode-se afirmar e reivindicar a secularização e o Iluminismo para evitar dogmatismos religiosos, mas se confirmarão suspeitas de que o secularismo não é livre de dogmas. (Walker, 2009: 243, 244). Estas linhas de separação contribuem para a percepção de exterioridade, necessária à formação da subjetividade moderna: a cultura *versus* a natureza, a razão *versus* religião. Estas separações também estão sofrendo pressões e é difícil ver como qualquer forma de prática política com alguma ambição progressista ou emancipatória pode tomar estas separações como um fato dado (Walker, 2009: 244)

Nesse sentido, o problema das concepções, mesmo críticas, de constituição de um campo global, segundo Walker (1993; 2006; 2009) é que a discussão sobre fronteiras costuma ocorrer em termos de “presença ou ausência”, ou seja, ou afirmam-se suas continuidades no futuro imaginável ou afirma-se seu desaparecimento já em curso, como consequência de movimentos e globalizações, que as tornariam funcionalmente redundantes.

*That the established boundaries of modern political life are in trouble is an increasingly familiar cliché. Discussions of boundaries are especially shaped by clichéd claims about continuing presence or impending absence, by competing claims that the boundaries of the modern territorial state are likely to be with us for the imaginable future or are already disappearing as a consequence of movements and globalizations that make boundaries functionally redundant. Yet while many established boundaries may be less significant than they were, it is not at all obvious that boundaries are becoming any less significant in our political lives. (2006:57)*

De acordo com sua constituição, baseada na dupla exclusão, o internacional não pode ser considerado expressão de totalidade da humanidade. O internacional moderno não pode ser uma identificação do internacional com todos os povos do mundo, ou seja, relações internacionais não são sinônimo de política mundial. Ignorar a questão complexa das fronteiras é uma das principais críticas às reivindicações de constituição de um espaço global, sejam

de orientação liberal cosmopolita em torno da idéia de uma sociedade civil global, sejam as críticas que apenas “invertem o sinal” (de positivo a negativo) quando estabelecem a discussão em termos de império ou de estado de exceção global (Hardt e Negri, 2001, 2006).

No coração da política moderna está uma contradição fundamental entre a soberania estatal e o sistema formado por Estados igualmente soberanos. Ou seja, de acordo com a lógica teórica de constituição do Estado e do sistema de Estados, nenhum enfraquecimento das fronteiras poderia vir, por exemplo, dos processos de “globalização”. Qualquer análise de política moderna que esteja preocupada apenas com um lado desta relação paradoxal vai falhar para compreender as dinâmicas da política moderna. Conseqüentemente vai apresentar uma escolha dual entre o particular e o universal ou vai afirmar que já embarcamos numa jornada da particularidade rumo à universalidade, ou cosmópolis, ou globalização, ou império. Desse modo, se o internacional está sendo desafiado é porque a relação entre universalidade e particularidade que ele expressa é que está sob desafio, e é esta relação – e suas fronteiras– que deve estar em questão (Walker, 2006)

Segundo Walker, há razões para suspeitar que a relação entre soberania e fronteiras nunca foi acessível por meio de uma lógica binária de ausência e presença, aqui e lá. O que parece fechado, tanto do ponto de vista lógico, como de uma visão histórica/estrutural, convida a outras interpretações (2009:242).

Realmente mostra-se importante repensar o sentido de conceitos como liberdade, igualdade, cidadania, subjetividade, comunidade e democracia. Parece lógica a possibilidade de rearticular estes conceitos, movendo-os nesta estrutura cidadania-humanidade, seja em um nível acima (supranacional) ou abaixo (subnacional), ou ambos. No entanto, nenhuma direção parece compatível com o entendimento moderno de subjetividades autônomas. No limite, afirmar simultaneamente o universal e a autodeterminação (cidadania nacional) se dissolve em algum conceito do que é a humanidade (sempre proposto por alguém), conceito este convencionalmente associado à idéia de

império, que é justamente a negação da promessa de uma política de subjetividades modernas (Walker, 2009:254; Douzinas, 2007).

Imaginar a possibilidade de algum modo de vida política que não resida em alguma versão idealizada do modelo particularidade/universalidade expresso no sistema internacional moderno é mergulhar em dificuldades significativas do significado do próprio conceito de política. Uma das conseqüências elementares das práticas de soberania moderna, articulada, por exemplo, por Hobbes, é que o entendimento da vida política não depende fundamentalmente de encontrar definições aceitáveis, mas depende das práticas políticas pré-existentes, por meio das quais as definições do político foram autorizadas. Mas se a delimitação do que é política é em si mesmo um ato político, a definição não é tão simples. O que deve ser de interesse são as práticas pelas quais formas específicas de política são produzidas e se tornam naturalizadas. Como prática, como resposta e expressão de uma relação contingente entre tempo e espaço (e não uma relação presumidamente necessária), as concepções do que é o político devem dar lugar a práticas pelas quais qualquer coisa está sujeita à politização, e qualquer forma de despolitização pode ser vista como uma forma de politização. (Walker, 2009:255-7)

Diante destas considerações, uma questão que toma centralidade na discussão, ou ainda no entendimento, das possibilidades de vida política fora das fronteiras do Estado moderno é a análise empírica. Mas não para catalogar e classificar as formas de ação, senão para compreender (o melhor seria experimentar) as possibilidades “não imaginadas” de política, que ganham vida por meio da prática, seja em contextos muito localizados, seja em âmbito continental. Em todo caso, sem fronteiras *a priori*.

Em resumo, este capítulo buscou mostrar que as possibilidades e problemas da idéia de uma “sociedade civil global” podem ser mais bem entendidas quando inseridas em debates mais amplos sobre os elementos constituintes do Estado e do sistema internacional modernos, particularmente as discussões sobre cidadania e fronteiras, neste caso. Esta pesquisa estabeleceu como recorte a literatura recente na área das relações internacionais. Como afirmado

no início, a abordagem deste trabalho não pretendeu, nem poderia fosse esta a intenção, ser exaustiva, na medida em que estas questões estão na base de todos os campos de estudo das ciências sociais. O objetivo não foi fornecer respostas, mas antes mostrar que o debate sobre a idéia de “sociedade civil global” não seria adequadamente problematizado sem inseri-lo nesta discussão mais ampla, constitutiva das Relações Internacionais como um campo específico de conhecimento.



## Considerações finais

---

Esta pesquisa partiu da percepção inicial de que ao longo dos anos 1990, particularmente a partir da virada do milênio, o debate acadêmico sobre a idéia de “sociedade civil global” passou a exibir contornos mais críticos. Ao longo dos três capítulos, confirmou-se uma diversificação das abordagens teóricas e o aumento dos questionamentos em torno de suas definições. Percebeu-se ainda que esta maior pluralidade nos debates ganhou corpo não apenas no tema da “sociedade civil global”, mas também em torno de outros conceitos e idéias que emergiram no pós-Guerra Fria, como globalização e governança global.

A contextualização destas discussões feita no primeiro capítulo mostrou que a própria dinâmica do sistema mundial, ou seja, a interação e correlação de forças sociais geraram conseqüências políticas e processos históricos diferenciados que não corresponderam às expectativas liberais construídas em torno do crescimento da interdependência e da cooperação. Desse modo, a crescente insuficiência das análises do *mainstream* liberal para explicar a disjunção entre teoria e prática, ou entre discursos e ações, propiciaram a diversificação das abordagens teóricas e deram maior espaço à produção acadêmica de vertentes mais críticas.

Como visto no final do primeiro capítulo e em parte do segundo, a idéia liberal de sociedade civil - tanto quando considerada em âmbito doméstico, quando tomada em sua dimensão além-fronteiras – passou a conotar uma idéia de contrapeso, seja ao poder do Estado, seja aos mecanismos de governança do sistema de Estados. Particularmente no âmbito internacional esta é sua maior contribuição, isto é, a idéia de uma “sociedade civil global” contribui mais pela tentativa de explicar forças que lutam por reforma/contestação do sistema internacional, do que pela adequação propriamente dita de um conceito historicamente ligado ao âmbito doméstico.

Contudo, como vimos no segundo capítulo, a visão liberal sugere uma homogeneidade que não se sustenta. O âmbito das articulações políticas entre atores não-estatais além das fronteiras mostrou-se povoado por uma gama de atores, com interesses e estratégias diversas; por processos sociológicos distintos; e, como consequência, por visões bastante diferenciadas sobre a natureza deste espaço. Nesta “constelação de práticas” (Santos, 2005), concordamos com a identificação de duas dimensões da ação coletiva, que podem se complementar ou se opor. Por um lado, destaca-se a participação de atores não-estatais nos mecanismos, espaços e instituições da “governança global”, exercendo pressões no sentido *top-down* e, por outro, pressões, ações e campanhas organizadas numa esfera menos institucional e mais descentralizada, no sentido *bottom-up*. (Cox, 1999; Chase-Dunn e Gills, 2000).

Embora muitos atores possam operar simultaneamente nas duas esferas, identificar esta pluralidade de interesses, estratégias e táticas ajuda a compreender a divergência de objetos de estudo e de métodos de análise das perspectivas críticas. Ou seja, a controvérsia nem sempre ocorre apenas com relação às explicações de um mesmo aspecto da realidade, mas no caso da “sociedade civil global” pode significar divergências com relação a qual é este aspecto da realidade a ser estudado. Esta constatação é importante porque quando temos, por exemplo, a compreensão da sociedade civil internacional/global como uma arena de disputa de poder e hegemonia (Colas, 2002) por um lado, ou como um espaço necessariamente de controle e normalização (Bartelson, 2006; Jaeger, 2007), por outro, os autores não estão tratando do mesmo objeto, do mesmo aspecto da realidade. A sociedade civil internacional de Colas é formada pela articulação de movimentos sociais, seja pelo movimento internacional de trabalhadores do século XIX, sejam pelas expressões atuais do movimento de mulheres, por exemplo. A sociedade civil global de Bartelson e Jaeger é formada pelas ONGs e processos pelos quais estas organizações contribuem de modo decisivo na manutenção do *status quo* e no bom funcionamento dos mecanismos de governança global.

A pesquisa permitiu identificar duas limitações do termo “sociedade civil global”. De um lado, a homogeneidade que pressupõe o limita como um conceito ou

uma categoria de análise que seja capaz de descrever a multiplicidade de processos sociais em curso. Em parte devido a estas limitações conceituais, algumas perspectivas refletem sobre a ação política não-estatal por meio de outras denominações, como os movimentos sociais e o ativismo transnacionais (Keck e Sikkink, 1998, Tarrow, 2001). Neste sentido, este trabalho decidiu pela inclusão destas perspectivas, que incorporam influências da sociologia e se inserem nas contribuições construtivistas das relações internacionais, destacando o papel destes atores não-estatais na emergência e consolidação de normas e nas pressões exercidas sobre os Estados. Estas explicações, contudo, centram suas análises nas interações que, apesar de ocorrerem sem a necessária mediação do Estado, podem ser explicadas dentro do sistema internacional, formado por Estados-nação. No entanto, não contemplam as relações entre atores não-estatais e a construção de identidades que podem ocorrer com base em outras lealdades que não a nação, como a etnicidade ou mesmo a religião, no caso de alguns movimentos indígenas e religiosos que cruzam fronteiras.

A segunda limitação encontrada na idéia de “sociedade civil global” se refere à dimensão normativa, na medida em que o projeto encontra dificuldades diante das hierarquias de poder e desigualdade de recursos e oportunidades entre as varias organizações e entidades. Embora reconheçamos a contribuição dos atores da “sociedade civil global” na divulgação e problematização de certos temas, a questão da desigualdade de acesso e a falta de *accountability* continuam sem resolução aparente. Apesar de parte da literatura liberal destacar a especificidade destes atores, guiados por valores e princípios, as problematizações de cunho materialista-histórica são capazes de explicar o problema da legitimidade e da desigualdade, ao apontar a impossibilidade de separar a interação entre idéias e capacidades materiais no comportamento dos atores e na formação de estruturas históricas. Neste sentido, partilha-se da noção de que o espaço criado pela articulação de atores não-estatais além das fronteiras deve ser entendido como uma arena de disputas entre forças sociais, na qual coexiste o potencial de dominação e de resistência.

O tema da legitimidade e da criação de um espaço político global, por sua vez, apontou a relação da idéia de “sociedade civil global” com o tema da cidadania e das fronteiras. Como afirmamos no capítulo três, o princípio de igualdade jurídica entre concidadãos no âmbito doméstico e entre os Estados na esfera internacional não tem equivalentes na idéia de “sociedade civil global”. Desse modo, a visão destas organizações como porta-vozes de demandas democráticas deve ser discutida e as propostas de democratização além das fronteiras deveriam envolver as discussões sobre cidadania transnacional e/ou cosmopolita. Neste sentido, no terceiro capítulo destacou-se o trabalho de Linklater (1998, 2007) sobre a ampliação dos direitos de cidadania que, graças ao aprendizado moral fornecido pelas lutas domésticas e apoiada pela articulação de atores não-estatais em âmbito transnacional, poderiam ser reconfigurados rumo à garantia de maior universalidade (em torno de instituições supranacionais) e, ao mesmo tempo, maior respeito aos direitos de grupos minoritários (em torno de esferas subnacionais).

O projeto de cidadania pós-nacional seguramente significaria grandes avanços em termos de participação política. Mas do ponto de vista teórico, um dos problemas é que ao propor esta reformulação da cidadania num eixo vertical, do local ao global, o autor deixa de lado a dimensão “horizontal” de demandas por direitos. Linklater reconhece o problema das minorias no interior do Estado-nação, mas não considera a possibilidade de articulações, por exemplo, de caráter étnico, que podem se formar entre fronteiras, ou fora do internacional moderno, nas palavras de Walker (2006).

Vislumbrar possíveis alternativas fora da estrutura de mediação entre universalidade e particularidade representadas pelo Estado e pelo sistema de Estados não é uma tarefa fácil. Neste sentido, acredita-se que as contribuições pós-estruturalistas lançam luz sobre questões valiosas à problemática da emancipação, na medida em que colocam em pauta não apenas as fronteiras político-territoriais, mas também as fronteiras epistemológicas, desnaturalizando a objetividade das formas de conhecimento e apreensão do mundo. Cumpre destacar, contudo, o pouco espaço destinado às implicações do capitalismo nas análises pós-estruturalistas. Embora este trabalho

compartilhe o questionamento da noção de evolução, progresso e da concepção teleológica da história, presentes nas teorias modernas – seja no liberalismo, seja no materialismo-histórico – este trabalho conclui, porém, que qualquer tentativa de se pensar a busca infinita por emancipação deve ter em conta o contexto em que se desenvolve, marcado fundamentalmente pelo modo de produção capitalista. Neste sentido, um campo promissor para futuras investigações - não restrito às relações internacionais, mas antes de caráter transdisciplinar - está na produção teórica desenvolvida na periferia – com destaque para a América Latina - na qual o questionamento das fronteiras impostas pela modernidade é indissociável da expansão capitalista e da organização colonial do mundo.

A opção de retratar o debate teórico sobre a idéia de “sociedade civil global” de modo a não restringi-lo a esta única expressão, mas buscando capturar suas diversas manifestações e inseri-las em problemáticas mais amplas, certamente acarretou certa perda de rigor. Contudo, a escolha justifica-se na medida em que a opção de recortá-lo estritamente em torno da idéia de “sociedade civil global” seria insuficiente na atual conjuntura e deixaria de lado perspectivas teóricas importantes que, embora não se fixem no termo, abordam o mesmo assunto. Desse modo, este trabalho cumpre seu objetivo, ao retratar esta fragmentação entre os debates e, ao fazê-lo, contribui para uma perspectiva mais integrada.

Finalmente, além da inserção deste debate sobre “sociedade civil global” no contexto destas discussões mais amplas, uma dificuldade adicional foi encontrar termos adequados que dessem conta da diversidade de dinâmicas em operação nas ações políticas não-estatais *além das fronteiras*. Na ausência de outra mais adequada, utilizou-se esta expressão no título deste trabalho, já que *além das fronteiras* não poderia ser substituída por internacional, transnacional ou global, sem perda de significado. Nas contribuições de Colas (2002; 2006), o internacional se refere à esfera de relações entre as entidades políticas centrais constituídas na modernidade, os Estados-nação. Em Walker (1993; 2006; 1993), o internacional adquire ainda o significado de relações estabelecidas dentro do conjunto formado por estas entidades, que não são

sinônimos da totalidade do mundo, constituindo antes um âmbito de dupla exclusão. A principal diferença no emprego do *transnacional*, por sua vez, é assumir que pelo menos um dos atores envolvidos seja não-estatal e que a ocorrência destas relações não passa necessariamente pelo controle do Estado (Keohane e Nye, 1971; Keck e Sikkink, 1998). Mas a rigor, a denominação mantém a mesma mediação entre universalidade/particularidade expressa na idéia de nação.

O global é igualmente problemático, pois não encontramos explicações satisfatórias - seja nas contribuições mais otimistas em torno de idéias cosmopolitas, sejam as críticas à formação de um sistema de controle e governamentalidade imperial - que expliquem o desaparecimento das fronteiras rumo a um "global". Apesar disso, no âmbito das experiências concretas, incessantemente temos interações entre atores políticos não-estatais, algumas internacionais, outras na esfera transnacional, e ainda outras que ocorrem além destas fronteiras.

## Referências bibliográficas

---

AMOOORE, Loise e LANGLEY, Paul. Ambiguities of Global Civil Society. *Review of International Studies* 30, 89-110, 2004.

APPADURAI, A. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 49, nov. 1997.

ARON, Raymond. *Paix et Guerre entre les nations*. Calman-Lévy, 1962.

ARRIGHI, Giovanni. Globalization in World-systems perspective. In: Appelbaum, Richard e Robinson, William. *Critical Globalization Studies*. Oxon/NY: Routledge, 2005.

AUVACHEZ, Elise. Supranational citizenship building and the United Nations: Is the UN engaged in a “citizenization” process? *Global Governance* 15, pp. 43-66, 2009.

BAKER, Gideon. Problems in the theorization of global civil society. *Political Studies* vol. 50, 928-943, 2002.

\_\_\_\_\_. Cosmopolitanism as Hospitality: Revisiting Identity and Difference in Cosmopolitanism. *Alternatives* 34 (2009) 107-128.

BARNETT Michael e DUVALL, Raymond. Power in Global Governance. In: Barnett, M. and Duvall, R. (orgs.) *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BARTELSON, Jens. Making sense of Global Civil Society. *European Journal of International Relations* Vol. 12 (3), 371-395, 2006

\_\_\_\_\_. Is There a Global Society? In: Forum on Global Society. *International Political Sociology* Vol.3 (1), 109–136, 2009

BELLO, Walden. The crisis og the global Project and the new economics of Geroge W. Bush. In: Appelbaum, Richard e Robinson, William. *Critical Globalization Studies*. Oxon/NY: Routledge, 2005.

BERKOVITCH, Nitza e GORDON, Neve. The political economy of transnational regimes: the case of human rights. *International Studies Quarterly* 52, pp. 881-904, 2008.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRASSETT, James. Cosmopolitanism vs. Terrorism? Discourses of Ethical Possibility Before and After 7/7. *Millennium - Journal of International Studies* 36 (2); 311-337, 2008.

\_\_\_\_\_. A pragmatic approach to the Tobin Tax Campaign: the politics of sentimental education. *European Journal of International Relations* vol .15 (3), 447-476, 2009.

BUKOVSKÁ, Barbora. Perpetrating good: unintended consequences of international human rights advocacy. *Sur - international journal on human rights*, ano 5, n. 9, dezembro 2008.

CAMARGO, Sonia de. Governança global: utopia, desafio ou armadilha? *Governança Global*, Konrad Adenauer Stiftung, no. 16, 1999.

CHANDLER, David. New rights for old? Cosmopolitan citizenship and the critique of state sovereignty. *Political Studies*, vol 51, 332-349, 2003.

\_\_\_\_\_. *Constructing global civil society: morality and power in International Relations*. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, 2004.

\_\_\_\_\_. Critiquing liberal cosmopolitanism? The limits of the biopolitical approach. *International Political Sociology* 3, 53-70, 2009

CHASE-DUNN, Christopher e GILLS, Bary. Waves of globalization and resistance in the capitalist world-system: social movements and critical global studies. In: Appelbaum, Richard e Robinson, William. *Critical Globalization Studies*. Oxon/NY: Routledge, 2005.

CLARK, Ann Marie, FRIEDMAN, Elisabeth J. e HOCHSTETLER, Kathryn. The Sovereign Limits of Global Civil Society: A Comparison of NGO Participation in UN World Conferences on the Environment, Human Rights, and Women. *World Politics*, Vol. 51, No. 1 (Oct., 1998), pp. 1-35

\_\_\_\_\_. Sovereignty in the balance: claims and bargains at the UN Conferences on the Environment, Human Rights and Women. *International Studies Quarterly* 44, pp. 591-614, 2000.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: repensando categorias. *Dados – revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.46 (3), 2003, pp. 419-459.

COLAS, Alejandro. *International Civil Society: Social Movements in World Politics*. Oxford: Polity, 2002.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. *Our global neighbourhood: the report of the Commission on Global Governance*. Oxford; New York: Oxford University Press; 1995.

COSTA, Sergio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.



\_\_\_\_\_. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, n.53, 2003.

COX, Robert (1981). Social Forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: Cox, R. e Sinclair, T. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies* 25, 1999, pp. 3-28.

\_\_\_\_\_. The international in evolution. *Millennium: Journal of International Relations* 35, 2007.

DELLA PORTA, Donatella. *The Global Justice Movement: Cross-National and Transnational perspectives*. Paradigm Publishers, 2007.

DOUZINAS, Costas. *Human Rights and Empire: The Political Philosophy of Cosmopolitanism*. Oxford/New York: Routledge, 2007.

DUFFIELD, Mark. *Development security and unending war*. Cambridge: Polity Press, 2007.

EVANGELISTA, Ana Carolina Pires. *Perspectivas sobre a “sociedade civil global” no estudo das Relações Internacionais*. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas (PUC-SP, UNESP e UNICAMP), São Paulo, 2006.

FINNEMORE, M. e SIKKINK, K. “International Norm Dynamics and Political Change”. *International Organization* 52(4) 1998, p. 887-917

FOUCAULT, Michel. *Society must be defended – lectures at the Collège de France 1975-1976*. New York: Picador, 2003.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAMBLE, Andrew e KENNY, Michael. Ideological contestation, transnational civil society and global politics. In: GERMAIN, Randall e KENNY, Michael (orgs.). *The idea of global civil society – politics and ethics in a globalizing era*. Oxford/New York: Routledge, 2005

GERMAIN, Randall e KENNY, Michael. “The Idea(l) of global civil society. In: GERMAIN, Randall e KENNY, Michael (orgs.). *The idea of global civil society – politics and ethics in a globalizing era*. Oxford/New York: Routledge, 2005

GILL, Stephen. Toward a Postmodern Prince? The battle in Seattle as a moment in the new politics of globalisation. *Millennium: Journal of International Relations* v.29, n.1, 2000

GÓMEZ, Jose Maria. Globalização, Estado-nação e cidadania. *Contexto Internacional*, vol. 20, no.1, jan.jun/1998.

\_\_\_\_\_. “Desafiando a la gobernancia neoliberal? Sociedad civil global, activismo transnacional y agencias económicas multilaterales”. *OSAL, Observatorio Social de América Latina*, n. 3, p.172-176, 2001

GÖTZ, Norbert. Reframing NGOs: the identity of an international relations non-starter. *European Journal of International Relations* 14, 2008

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GURZA LAVALLE, CASTELO e BICHIR. Quando novos atores saem de cena – continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Cultura e Política, Revista de Sociologia Política*, no. 5, UFSC, Santa Catarina, outubro de 2004, pp. 35-53.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos Estudos CEBRAP* 43, nov. 1995.

\_\_\_\_\_. *A Constelação pós-nacional. Ensaio políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HALLIDAY, Fred. Getting real about Seattle. *Millennium: Journal of International Relations* v.29, n.1, 2000.

\_\_\_\_\_. Global Governance: prospects and problems. In: Held, D. e McGrew, A. (orgs). *The Global transformations reader*. Cambridge: Polity Press, 2000.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro : Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro : Record, 2005.

HARVEY, David. *A condicao pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HEATHERSHAW, John. Unpacking the Liberal Peace: The Dividing and Merging of Peacebuilding Discourses *Millennium - Journal of International Studies*; 36 (3), 597-621, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HELD, David. A Democracia, o Estado-nação e o sistema global. *Lua Nova* 23, pp. 145-194, março 2001.

\_\_\_\_\_. Democracy and Globalization. In: Daniele Archibugi, David Held e Martin Kohler (orgs.), *Reimagining Political Community*. Cambridge: Polity Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Restructuring Global Governance: Cosmopolitanism, Democracy and the global order. *Millennium - Journal of International Studies* 2009; 37; 535

HELD, David e MCGREW, Anthony. *Governing Globalizations*. Cambridge: Polity Press, 2002.

HOPGOOD, Stephen. Reading the Small Print in Global Civil Society: The Inexorable Hegemony of the Liberal Self. *Millennium - Journal of International Studies* 2000; 29; 1

\_\_\_\_\_. Moral Authority, Modernity and the Politics of the Sacred. *European Journal of International Relations* 15 (2); 229-255, 2009

HURRELL, Andrew. Power, institutions and the production of inequalities. In: Barnett, M. and Duvall, R. (orgs.) *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. *On global order*. Oxford, NY: Oxford university press, 2007

HURRELL, Andrew e WOODS, Ngaire. *Inequalities, globalization and world politics*. Nova York: Oxford University Press, 1999.

JABRI, Vivienne. Solidarity and spheres of culture: the cosmopolitan and the postcolonial. *Review of International Studies* 33, 715-728, 2007.

JAEGER, Hans-Martin. 'Global Civil Society' and the Political Depoliticization of Global Governance. *International Political Sociology*, Vol. 1 (3), p. 257-277, 2007.

KALDOR, Mary. "Civilising' Globalisation? The Implications of the 'Battle in Seattle". *Millennium: Journal of International Relations* v.29, n.1, 2000.

\_\_\_\_\_. The idea of global civil society. *International Affairs* 79 (3), pp. 583-593, 2003

KEANE, John. *Global Civil Society?* Cambridge: Polity, 2003.

KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders*. New York: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. *Transnational relations and world politics*. Harvard University Press, 1971.

KEOHANE, Robert. *Power and governance in a partially globalized world*. London : Routledge, 2002.

KYMLICKA, Will. *Politics in the Vernacular: nationalism, multiculturalism and citizenship*. Oxford: University Press, 2001.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. IN: Lander, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LINKLATER, Andrew. *The transformation of political community – ethical foundations of the post-westphalian era*. University of South Carolina Press, 1998.

\_\_\_\_\_. *Critical theory and world politics*. Oxon, NY: Routledge, 2007

LIPSCHUTZ, Ronnie. Reconstructing world polity: the emergence of global civil society. *Millennium - Journal of International Studies* 21, 389-420, 1992.

\_\_\_\_\_. Global Civil Society and Global Governmentality: or, the search for politics and the state amidst the capillaries of social power. In: Barnett, M. and Duvall, R. (orgs.) *Power in Global Governance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

LYNCH, Cecelia. Reflexivity in research on civil society: constructivist perspective. *International Studies Review* 10, 708--721, 2008.

MARTENS, Jens. The future of NGO participation at the United Nations after the 2005 world summit. *Dialogue on Globalization*, Friedrich Ebert Stiftung Briefing Papers, 2005. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/iez/global/50188.pdf>

MARCHETTI, Raffaele. A matter of drawing boundaries: global democracy and international exclusion. *Review of International Studies* 34, pp. 207-224, 2008

\_\_\_\_\_. Mapping alternatives models of global politics. *International Studies Review* 11, 133-156, 2009

MORIN, Edgar. Sociedade-mundo ou império-mundo? IN: Dupas, G., Lafer, C. e Lins e Silva, C.E. (orgs.) *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008

MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MURPHY, Craig. Global governance: poorly done and poorly understood. *International Affairs* 76 (4), 789-803, 2000.

NELSON, Paul e DORSEY, Ellen. New rights advocacy in a global public domain. *European Journal of International Relations* vol. 13 (2), pp. 187-216, 2007.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. Um Estado para a sociedade civil. São Paulo: editora Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. *Ciências Sociais Unisinos* 43 (1), 46-56, janeiro/abril 2007.

O'BYRNE, Darren. Toward a critical theory of globalization: a habermasian approach. In: Appelbaum, Richard e Robinson, William. *Critical Globalization Studies*. Oxon/NY: Routledge, 2005.

OHANYAN, Anna. Policy wars for peace: network model of NGO behavior. *International Studies Review* 11, pp. 475-501, 2009.

OMELICHEVA, Mariya. Global Civil Society and Democratization of World Politics: A Bona Fide Relationship or Illusory Liaison? *International Studies Review* 11, 109-132, 2009.

ONUJ, Nicholas. Late modern civil society. In: GERMAIN, Randall e KENNY, Michael (orgs.). *The idea of global civil society – politics and ethics in a globalizing era*. Oxford/New York: Routledge, 2005

PRICE, Richard. Reversing the gun sights: transnational civil society targets land mines. *International Organization* vol. 52 (3), pp. 613-644, 1998.

\_\_\_\_\_. Review: Transnational civil society and advocacy in world politics. *World Politics*, vol. 53 (4), pp. 579-606, 2003.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. IN: Lander, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas*. Coleção Sur-Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

\_\_\_\_\_. O “movimento indígena” e as questões pendentes na América Latina. IN: Dupas, G., Lafer, C. e Lins e Silva, C.E. (orgs.) *A nova configuração mundial do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2008

RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre sociedade civil e o Estado. *Tempo Social* 2(2), 2º. Sem. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1990.

RISSE-KAPPEN, Thomas. Bringing transnational relations back in: introduction. IN: RISSE-KAPPEN, T. *Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge e Nova York: Cambridge University Press, 1995

ROBINSON, William. Gramsci and Globalization: from Nation-state to transnational hegemony. *Critical Review of International Social and Political Philosophy* vol. 8(4), 2005, pp. 559-574.

ROSENAU, James. Governance in a New Global Order. In: Held. D. e McGrew, A. (orgs.) *Governing Globalizations*. Cambridge: Polity Press, 2002.

ROSENAU, James e CZEMPIEL, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ROSENBERG, Justin. *The empire of civil society – a critique of the realist theory of international relations*. Londres/NY: Verso, 1994.

\_\_\_\_\_. Globalization Theory: a Post Mortem. *International Politics* 42, 2005, pp. 2-74.

RUGGIE, John G. Reconstituting the global public domain – issues, actors and practices. *European Journal of International Relations* vol. 10 (4), 499-531, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. IN: Santos, B.S. (org.) *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSOON, Anne. S. Intimations of a gramscian approach to global civil society. In: GERMAIN, Randall e KENNY, Michael (orgs.). *The idea of global civil society – politics and ethics in a globalizing era*. Oxford/New York: Routledge, 2005

SCHOLTE, Jan Aart. “Cautionary Reflections on Seattle”. *Millenium: Journal of International Studies*, v.29, n.1, p. 115-121, 2000

\_\_\_\_\_. “Civil Society and Democracy in Global Governance”. *Global Governance* 8, pp. 281-304, 2002.

SENDING, Ole Jacob e NEUMANN, Iver. Governance to Governmentality: Analyzing NGOs, States, and Power. *International Studies Quarterly* 50, 651-672, 2006.

SHAW, Martin. “Civil Society and Global Politics: Beyond a Social Movements Approach”. *Millenium: Journal of International Studies* vol.23 (3), p.647-667, 1994

SLAUGHTER, Anne-Marie. *A new world order*. Princeton University Press, 2005

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. Cambridge University Press, 2005.

\_\_\_\_\_. Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 22, n.55, 2009

UNITED Nations. Relatório do Secretário Geral: “An Agenda for Peace” (17 de junho de 1992. A/47/277 S/24111). Disponível em: <http://www.un.org/reform/>. Acesso em 15/07/2009.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário Geral: “In larger freedom: towards development, security and human rights for all” (21 de março de 2005. A/59/2005). Disponível em: <http://www.un.org/reform/>. Acesso em 15/07/2009.

\_\_\_\_\_. Report of the Panel of Eminent Persons on United Nations–Civil Society Relations (A/58/817, 2004). Disponível em <http://www.un.org/en/civilsociety/index.shtml> . Acesso em 15/07/2009.

UNITED Nations Development Programme. Gasparini, L. e Cruces, G. *A distribution in motion: the case of Argentina*. Discussion paper, January 2010. Disponível em <http://www.undp.org/poverty/library.shtml>. Acesso em 15/03/2010

\_\_\_\_\_. Alvaredo, F. e Piketty, T. *The dynamics of income concentration over the twentieth century: the case of advanced countries*. Discussion paper, January 2010. Disponível em <http://www.undp.org/poverty/library.shtml>. Acesso em 15/03/2010

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLA, Rafael D. e TOSTES, Ana Paula B. Democracia cosmopolita versus política internacional. *Lua Nova*, Sao Paulo, 66: 69-107, 2006

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill, 1979.

WALKER, R.B.J e BIGO, Didier. Political Sociology and the problem of the International. *Millennium - Journal of International Studies* vol. 35 (3), pp. 725-739, 2007.

WALKER, R.B.J. *Inside/outside: international relations as political theory*. NY: Cambridge university press, 1993.

\_\_\_\_\_. Social Movements/World Politics. *Millennium - Journal of International Studies* vol.23 (3), pp.669-700, 1994.

\_\_\_\_\_. The double outside of the modern international. *Ephemera – theory & politics in organization* vol. 6 (1): 56-69, 2006.

\_\_\_\_\_. *After the globe, before the world*. New York: Routledge, 2009.

WENDT, Alexander. "The agent-structure problem in international relations". *International Organization* 41(3), 1987, p. 335-370

\_\_\_\_\_. "Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics". In: Kratochwil, F e Mansfield, E. (orgs.). *International Organization: a reader*. Nova York: HarperCollins College Publishers, 1994